

A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS: um comentário arquivístico

por Trudy Huskamp Peterson

© Trudy Huskamp Peterson
10 de dezembro de 2018
Conselho Internacional de Arquivos – Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos

Versão brasileira realizada por Vitor Manoel Marques da Fonseca (Universidade Federal Fluminense), revisada por Alba Gisele Guimarães Gouget e Silvia Ninita de Moura Estevão. As referências foram revistas por Elisabete Gonçalves de Souza (Universidade Federal Fluminense) e Darlene Alves Bezerra. Sempre que possível, foram incorporadas referências em português dos documentos citados

Trabalho coordenado pela Seção de Arquivos e Direitos Humanos do Conselho Internacional de Arquivos.

Sumário

Prefácio	4
Introdução	5
Artigo 1º	8
Artigo 2º	11
Artigo 3º	13
Artigo 4º	14
Artigo 5º	15
Artigo 6º	17
Artigo 7º	20
Artigo 8º	22
Artigo 9º	24
Artigo 10	25
Artigo 11	27
Artigo 12	28
Artigo 13	30
Artigo 14	32
Artigo 15	33
Artigo 16	36
Artigo 17	38
Artigo 18	41
Artigo 19	43
Artigo 20	45
Artigo 21	47
Artigo 22	49
Artigo 23	51
Artigo 24	53
Artigo 25	56
Artigo 26	60
Artigo 27	62
Artigo 28	64
Artigo 29	66
Artigo 30	68

Prefácio

À medida que se aproximava o 70º aniversário da adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos, comecei a revisar breves comentários que havia escrito no início da década de 2010 sobre os artigos que constituem aquele documento essencial. Esta publicação é o resultado da revisão e atualização dos ensaios originais.

Originalmente, um comentário sobre um artigo da Declaração foi publicado a cada mês no *Human Rights Working Group News*, do Conselho Internacional de Arquivos, começando em dezembro de 2009, até que todos os 30 artigos tivessem sido discutidos. Cada ensaio descreveu o contexto do artigo, forneceu exemplos de questões contemporâneas relacionadas a ele e sugeriu materiais de arquivo que teriam informações sobre o assunto. Artigos que se relacionam com um tema semelhante, como os três que tratam de processos judiciais, necessariamente significavam sugerir as mesmas fontes arquivísticas. Por causa do lapso de tempo entre as publicações mensais, essa repetição não tinha importância; no entanto, como uma única publicação isso fica evidente. Considerei eliminar a repetição, mas isso teria deixado alguns dos artigos sem referências. Espero que os leitores interessados no tema de um determinado artigo usem o comentário como uma sugestão de fontes, mas como podem não ler o texto inteiro nem outros artigos relacionados, decidi deixar a repetição.

Em uma breve análise, é impossível fornecer exemplos para todas as questões que um artigo suscita, tanto as declaradas quanto aquelas que podem ser chamadas de “penumbras” ou sombras que circundam a declaração. Questões ambientais, questões de gênero, questões de privacidade de resultados de testes genéticos, impactos da inteligência artificial: tudo isso está implícito nos textos dos artigos, mas não poderia ter sido previsto nem mesmo pelos brilhantes redatores da Declaração de 1948. Os leitores são encorajados a pensar em outros exemplos para o uso dos artigos ao lerem as breves discussões que incluí.

Trudy Huskamp Peterson

Arquivista Certificada

Introdução

Em 10 de dezembro de 1948, a Terceira Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Declaração Universal dos Direitos Humanos por uma votação de 48 a 0, com oito abstenções. Os redatores foram claros: era uma declaração universal, não uma declaração das Nações Unidas. O Preâmbulo da Declaração começa proclamando que “o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo”.* Como os arquivistas sabem, o nexo entre direitos humanos e arquivos é forte e complexo, porque documentos são essenciais tanto para proteger esses direitos quanto para recorrer quando esses direitos são violados. Este ensaio pretende iluminar algumas das relações entre documentos e direitos, examinando cada um dos artigos separadamente.

Mas primeiro um pouco de história sobre a Declaração e seus redatores.¹ Um dos órgãos constituintes da nova Nações Unidas foi o Conselho Econômico e Social (ECOSOC). A Carta das Nações Unidas deu ao ECOSOC autoridade para estabelecer comissões “nos campos econômicos e sociais e para a promoção dos direitos humanos” e, em junho de 1946, o ECOSOC estabeleceu uma Comissão de Direitos Humanos como um “órgão permanente”. Refletindo sobre o legado dos horrores da Segunda Guerra Mundial e consciente do fracasso da Liga das Nações do entreguerras, a Comissão deveria preparar um documento originalmente denominado “Declaração Internacional de Direitos”. A Comissão estabeleceu um comitê especial de redação, que se reuniu durante dois anos e produziu o esboço do que se tornou a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O comitê de redação foi presidido por Eleanor Roosevelt,² viúva do ex-presidente dos EUA Franklin D. Roosevelt, e incluiu membros da Austrália, Chile, China, França, Líbano, URSS e Reino Unido. John P. Humphrey, advogado canadense que era diretor da Divisão de Direitos Humanos do novo Secretariado das Nações Unidas, desenvolveu a primeira versão do documento.³ René Cassin,⁴ jurista francês e futuro vencedor do Prêmio Nobel da Paz, forneceu minutas alternativas

* Nota do Tradutor: Utilizou-se como texto da Declaração Universal dos Direitos Humanos a versão em português disponível em https://www.ohchr.org/sites/default/files/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf, a qual só foi alterada para a grafia mais usual no Brasil. Observe-se que o mesmo documento tem tradução diversa no site da UNICEF Brasil (<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>).

¹ A Dag Hammarskjöld Library das Nações Unidas publicou o guia de pesquisa “Drafting of the Universal Declaration of Human Rights” com links para os documentos principais. Ver <http://research.un.org/en/undhr>.

² GLENDON, Mary Ann. *A world made new: Eleanor Roosevelt and the Universal Declaration of Human Rights*. New York: Random House, 2001. Os documentos de Eleanor Roosevelt estão na Franklin D. Roosevelt Presidential Library.

³ *On the edge of greatness: the diaries of John Humphrey, first director of the United Nations Division of Human Rights*, 4 volumes. Edited by A.J. Hobbins and published as Fontanus Monographs 4, 9, 12 and 13. Montreal: McGill-Queen's University Press, 1995-2001. Os documentos de John P. Humphrey estão no McGill University Archives.

⁴ WINTER, Jay; PROST, Antoine. *René Cassin and human rights: from the Great War to the Universal Declaration*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. Os documentos de René Cassin estão no Archives nationales da França.

sobre questões críticas, e o juiz chileno Hernán Santa Cruz⁵ defendeu a inclusão de seções fortes sobre direitos sociais e econômicos, refletindo seu conhecimento das disposições da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, que foi adotada pela Conferência dos Estados Americanos em abril de 1948. Outros bem conhecidos membros do comitê que ofereceram significativas considerações filosóficas foram Charles Malik,⁶ do Líbano, filósofo por formação acadêmica e diplomata, e P. C. Chang,⁷ da República da China, também filósofo e diplomata.

O projeto acabou se transformando em 30 artigos. Eles são geralmente agrupados assim: os três primeiros, que fornecem os princípios gerais abrangentes, os artigos 4 a 21, que cobrem os direitos civis e políticos, seguidos pelos artigos 22 a 27, que tratam dos direitos econômicos, sociais e culturais gerais e os três últimos, que são um reflexo do todo. P. C. Chang, o delegado da China, argumentou que esta ordem seguiu adequadamente a cronologia dos "direitos tradicionais derivados da história e da filosofia europeias antes do reconhecimento do moderno conjunto de direitos econômicos e sociais".⁸ O atual Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos resumiu, inteligentemente, que os redatores "explicaram o que não pode ser feito aos seres humanos e o que deve ser feito por eles".⁹

A Declaração Universal foi apreciada na Assembleia Geral das Nações Unidas em 9 e 10 de dezembro de 1948. A pedido da Polônia, realizou-se uma votação separada para "cada considerando do preâmbulo e em cada artigo".¹⁰ A Declaração, como um todo, foi adotada por 48 votos, com oito abstenções (República Socialista Soviética da Bielorrússia, Tchecoslováquia, Polônia, Arábia Saudita, República Socialista Soviética da Ucrânia, União Sul-Africana, URSS e Iugoslávia) e dois estados que não votaram (Honduras e Lêmen). Após a aprovação, o presidente da Assembleia Geral disse que, embora "a Declaração significasse apenas um primeiro passo, já que os Estados não eram obrigados pela convenção a efetivar os direitos humanos fundamentais, proporcionando sua aplicação, ainda assim fora um passo à frente em um grande processo evolutivo". E ainda que a Declaração fosse seguida, quase vinte anos depois, em 1966, por dois pactos obrigatórios (um sobre Direitos Civis e Políticos e outro sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais),¹¹ Charles Malik, delegado libanês, ao refletir em 1986 sobre a

⁵ WALTZ, Sarah. Universalizing human rights: the role of small states in the construction of the Universal Declaration of Human Rights. *Human Rights Quarterly*, v. 23, p. 60, 2001.

⁶ MALIK, Habib. *The challenge of Human Rights: Charles Malik and the Universal Declaration*. Oxford: Charles Malik Foundation, Centre for Lebanese Studies, 2000. Os documentos de Charles Malik estão divididos entre a Notre Dame University, no Líbano, e a Manuscript Division da Library of Congress, Washington, DC.

⁷ ROTH, Hans Ingvar. *P.C. Chang and the Universal Declaration of Human Rights*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2018.

⁸ NORMAND, Roger; ZAIDI, Sarah. *Human rights at the UN: the political history of universal justice*. Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 2008, p. 190. Ver também MARKS, Stephen P. *From the single confused page to the decalogue for six billion persons: the roots of the Universal Declaration of Human Rights in the French Revolution*. *Human Rights Quarterly*, v. 20, p. 459-514, 1998.

⁹ OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS. *Universal Declaration of Human Rights at 70: 30 articles on 30 articles*, 8 nov. 2018. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=23856&LangID=E>. Acesso em: 18 nov. 2022.

¹⁰ Summary from the United Nations Yearbook 1948, Chapter V. *Social, Humanitarian and Cultural Questions; Section A., Human Rights*.

¹¹ Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CCPR.aspx>. Acesso em: ----;

Declaração e os pactos, disse: “Sempre que a questão dos direitos humanos surge em qualquer parte do mundo, o recurso tem sido muito mais à Declaração do que aos pactos”.¹²

Hoje, a Declaração foi traduzida para mais de quinhentos idiomas. Com os dois tratados internacionais vinculantes, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, a Declaração é conhecida como Carta Internacional de Direitos Humanos. O estudioso da Declaração Johannes Morsink concluiu que “os direitos humanos se tornaram uma terceira força independente no mundo de hoje - uma força alimentada por indivíduos que se reuniram em centenas de milhares de organizações não governamentais nacionais e internacionais de direitos humanos de orientação religiosa e secular. Todos compartilham o código moral encontrado na DUDH”.¹³ Os arquivistas têm um papel importante a desempenhar na documentação dessas forças.

<https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CESCR.aspx>. Acesso em: 18 nov. 2022. O Pacto sobre Direitos Civis e Políticos tem agora dois protocolos facultativos e o Pacto sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais tem um. Para ver o status de ratificação de tratados multilaterais depositados nas Nações Unidas, veja <https://treaties.un.org/Pages/ParticipationStatus.aspx?clang=en>.

¹² GLENDON, Mary Ann. The rule of law in the Universal Declaration of Human Rights. *Northwestern Law Journal of Human Rights*, v. 2, n. 1, 2004. Disponível em: <https://scholarlycommons.law.northwestern.edu/njihr/vol2/iss1/5>. Acesso em: 10 out. 2022.

¹³ MORSINK, Johannes. *The Universal Declaration of Human Rights and the challenge of religion*. Columbia, Missouri: University of Missouri Press, 2017, p. 13.

A Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade, tendo-a constantemente no espírito, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e a sua aplicação universais e efetivos tanto entre as populações dos próprios Estados membros como entre as dos territórios colocados sob a sua jurisdição.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Artigo 1º

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

Essas frases fortes começam a lista de artigos da Declaração. Estudiosos da Declaração traçaram as raízes do artigo 1º em muitas fontes, notadamente a Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, e a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, adotada por uma conferência de Estados Americanos em abril de 1948. Apesar dessa ascendência ilustre, o artigo foi um acréscimo tardio à Declaração, e os delegados discutiram colocá-lo no preâmbulo em vez de torná-lo um dos artigos. Houve divergências sobre a linguagem, inclusive sobre o significado da palavra "nascem", um argumento que continua a fazer parte dos debates de hoje sobre o aborto, e as palavras "seres humanos", que substituíram "todos os homens", que constava no rascunho original. Em última análise, ao decidir sobre as frases fortes e a colocação das sentenças como o primeiro artigo, os delegados estavam cientes dos perversos abusos dos direitos humanos cometidos durante a Segunda Guerra Mundial. O delegado francês René Cassin, um dos redatores do artigo, explicou aos delegados que era essencial enfatizar a "unidade da raça humana" porque Hitler "começou afirmando a desigualdade dos homens antes de atacar suas liberdades".¹⁴

Os princípios do artigo 1º são discutidos mais detalhadamente nos artigos subsequentes, em especial no artigo 4º, sobre a proibição da escravidão, e no artigo 15, sobre o direito à nacionalidade. Mas é a declaração clara e citável do artigo 1º que define o restante dos artigos no contexto.

Muitos documentos em arquivos ajudam a proteger esses direitos. Entre eles, destacam-se os registros de nascimento (sejam realizados por entidades seculares ou religiosas) e os registros da emissão de documentos de identidade, geralmente por uma entidade governamental (local, nacional ou internacional). Em muitas partes do mundo, o registro de nascimentos tem se

¹⁴ MORSINK, Johannes. *The Universal Declaration of Human Rights: origin, drafting and intent*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1999. p. 38 (a partir daqui MORSINK, UDHR). O trabalho de Morsink e o livro definitivo sobre o processo de redação.

desenvolvido lentamente; em dezembro de 2017, a Unicef estimou que “os nascimentos de cerca de um quarto das crianças menores de cinco anos em todo o mundo nunca foram registrados”, encontrando-se os níveis mais baixos na África Subsaariana, onde apenas 43% dos nascimentos são registrados.¹⁵ Os registros de nascimentos estabilizam identidades. Eles fornecem a base fundamental para muitos direitos, desde o direito ao voto e o direito à herança até a permissão para dirigir e beber bebidas alcoólicas (em países onde essa permissão se baseia na idade). E, como aponta a Unicef, “o registro universal de nascimento é também parte de um sistema de estatísticas vitais, o que é essencial para um planejamento econômico e social sólido”.

O novo poder da testagem genética e dos registros que ela cria está desafiando o conceito de igualdade de nascimento. “O DNA é responsável por cerca de metade das diferenças psicológicas entre as pessoas, sendo o restante devido a fatores ambientais”, e até mesmo fatores ambientais na criação dos filhos “são substancialmente influenciados pelos genes”, relatou *The Economist* em sua resenha do livro *Blueprint*, de Robert Plomin.¹⁶ Usar um teste de DNA para ver qual candidato a emprego se encaixa melhor em uma tarefa é agora, pelo menos teoricamente, possível, com todas as questões de igualdade que disso poderiam resultar. No caso dos meninos gêmeos nascidos no Canadá de uma mãe substituta a partir de espermatozoides mistos, de dois doadores, descobriu-se que um dos gêmeos era filho de um homem americano e, portanto, um cidadão americano de nascimento, enquanto o outro era filho de um homem israelense e, portanto, não era cidadão americano: ambos nascidos livres, mas não iguais.¹⁷ Somente a capacidade de testar o DNA e de registrar os resultados pôde levar a essa situação inusitada e desigual.

Dignidade é uma parte fundamental deste artigo. As exigências surpreendentes em alguns países, como o Afeganistão, de que as mulheres que se candidatam a um emprego façam um teste de virgindade (os homens não são obrigados a isso) é um atentado à dignidade, além de ser terrivelmente desigual.¹⁸ Foi só em 2017 que o Reino Unido passou a exigir que o nome da mãe fosse incluído na licença de casamento; até então, apenas o nome do pai era incluído.¹⁹ E em 2016 a Arábia Saudita finalmente permitiu que as mulheres tivessem uma cópia de seu contrato de casamento; antes, o contrato ficava exclusivamente nas mãos do marido.²⁰ O

¹⁵ Disponível em: <https://data.unicef.org/topic/child-protection/birth-registration/>. Acesso em: 10 out. 2022.

¹⁶ DESTINY'S child. *The Economist*. 10 nov. 2018. Disponível em: <https://www.economist.com/books-and-arts/2018/11/08/a-scientist-makes-the-case-for-the-power-of-dna>. Acesso em: 10 out. 2022.

¹⁷ TCHEKMEDYIAN, Alene. These twins were born 4 minutes apart. But only one is a U.S. citizen. *Los Angeles Times*, 27 jan. 2018. Disponível em: <http://www.latimes.com/local/lanow/la-me-ln-twins-citizenship-20180127-story.html>. Acesso em: 10 out. 2022.

¹⁸ NADER, Zahra; MASHA, Mujib. Despite ban, invasive virginity tests remain prevalent in Afghanistan. *New York Times*, 6 jan. 2017. Disponível em: https://www.nytimes.com/2017/01/06/world/asia/despite-ban-invasive-virginity-tests-remain-prevalent-in-afghanistan.html?_r=0. Acesso em: 10 out 2022.

¹⁹ WHEELER, Caroline; HELLEN, Nicholas. Mothers' names put on wedding certificates. *The Times*, 31 dez. 2017. Disponível em: <https://www.thetimes.co.uk/edition/news/mothers-names-put-on-wedding-certificates-g70nk2j2n>. Acesso em: 10 out. 2022.

²⁰ SAUDI ARABIA gives women the right to a copy of their marriage contract. *Agence France Presse*, 3 maio 2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2016/may/03/saudi-arabia-gives-women-the-right-to-a-copy-of-their-marriage-contract>. Acesso em: 10 out 2022.

conceito de dignidade também está na defesa dos direitos dos homossexuais; ao reverter a proibição constitucional na Índia, a Suprema Corte da Índia afirmou especificamente que às pessoas LGBTQ haviam sido negadas "igual participação e dignidade segundo a Constituição".²¹

Em um sentido negativo, os registros da escravidão em todas as suas formas também fazem parte dos documentos relacionados ao artigo 1. Esforço tem sido despendido para localizar e preservar os documentos do comércio de escravos no Atlântico (ver, por exemplo, o projeto da rota de escravos do CIA e da Unesco²² ou a *Trans-Atlantic Slave Trade Database*).²³ Existem muito mais registros e documentos privados que documentam a escravidão em outras partes do mundo. E a documentação da escravidão vai muito além dos registros de viagens, por mais importantes que eles sejam. Até mesmo um diário no *Scottish Catholic Archives* lança luz sobre essa prática abominável.²⁴ E, como será discutido no artigo 4, infelizmente, os registros de escravidão moderna são abundantes.

Arquivistas responsáveis por proteger e preservar a documentação relativa a nascimentos e identidades, seja em livros de registro, processos ou bancos de dados, estão, de fato, lidando com documentos poderosos. E, como arquivistas que se ocupam de registros de escravidão, estão manuseando alguns dos documentos mais emocionalmente ressonantes que existem.

²¹ BHATTACHARYA, Ananya; TANDON, Suneera. History owes an apology: the key quotes from India's landmark ruling on gay rights. *Quartz.com*, 6 set. 2018. Disponível em: <https://qz.com/india/1381551/section-377-india-supreme-courts-judgment-on-gay-rights/>. Acesso em: 10 out 2022.

²² Disponível em: <https://en.unesco.org/themes/fostering-rights-inclusion/slave-route>. Acesso em: 10 out. 2022.

²³ Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/voyage/>. Acesso em: 10 out. 2022.

²⁴ UNEARTHED: journal gives eye witness account of slavery. *The Herald*, 1 jan. 2010. Disponível em: <http://www.heraldscotland.com/life-style/real-lives/unearthed-journal-gives-eye-witness-account-of-slavery1.995613>. Acesso em: 10 out. 2022.

Artigo 2º

1. *Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação.*

2. *Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autônomo ou sujeito a alguma limitação de soberania.*

O artigo 2 enfoca a não discriminação em dois parágrafos distintos. O primeiro fornece uma lista de categorias que não podem ser usadas para discriminar pessoas; esta lista é uma expansão da proibição da Carta das Nações Unidas de discriminação com base em "raça, sexo, idioma ou religião". Ele fornece uma ferramenta para cada ativista de direitos humanos que acredite ter ocorrido discriminação em uma das categorias listadas.

Em um exemplo do direito implícito coberto por "outro status", as pessoas com deficiência afirmam o direito à igualdade de tratamento, consagrado na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.²⁵ O impacto desproporcional da guerra sobre as pessoas com deficiência, como a impossibilidade de fugir diante das hostilidades, foi o foco de uma reunião do Conselho de Segurança da ONU em dezembro de 2018, primeira vez em que o Conselho dedicou-se a discutir esse assunto. De acordo com a Human Rights Watch, cerca de 15% da população mundial têm algum tipo de deficiência e estima-se que "9,7 milhões de pessoas com deficiência são deslocadas à força como resultado de conflito e perseguição e são vítimas das violações de direitos humanos e violência relacionada ao conflito".²⁶

Mas a discriminação ainda é onipresente e crescem cenários sempre diferentes. Por exemplo, em novembro de 2017, um tribunal alemão concluiu que a companhia aérea nacional do Kuwait tinha o direito de negar uma passagem a um homem israelense – e por implicação a todos os residentes em Israel.²⁷ As leis de tutela da Arábia Saudita ainda controlam muitos aspectos da vida das mulheres, ao contrário das liberdades concedidas aos homens.²⁸

²⁵ Disponível em: https://www.un.org/disabilities/documents/convention/convention_accessible_pdf.pdf. Acesso em: ----. Para a versão brasileira, ver http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 10 out. 2022.

²⁶ HUMAN RIGHTS WATCH. UN: War's impact on people with disabilities, 3 dez. 2018. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2018/12/03/un-wars-impact-people-disabilities>. Acesso em: 10 out. 2022.

²⁷ PEARSON, Alexander. Kuwait Airways can bar Israeli passengers, German court rules. *DW*, 16 nov. 2017. Disponível em: <https://www.dw.com/en/kuwait-airways-can-bar-israeli-passengers-german-court-rules/a-41414435>. Acesso em: 10 out. 2022.

²⁸ COKER, Margaret. How guardianship laws still control Saudi women. *New York Times*, 22 jun. 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/06/22/world/middleeast/saudi-women-guardianship.html>.

O segundo parágrafo deve ser lido no contexto da época. Em 1948, grande parte da África e da Ásia ainda estavam sob domínio colonial; além disso, outras áreas eram "territórios de confiança" das Nações Unidas. Este parágrafo procurou assegurar que fossem garantidos às pessoas de países sem autonomia todos os direitos das pessoas de países autogovernados.²⁹

Os arquivos implicados no artigo 2 são abrangentes. Documentos de governos, de instituições educacionais e religiosas, de corporações e empresas, de advogados e de médicos, de tribunais nacionais e internacionais, de partidos políticos e grupos sociais: todos eles podem conter informações sobre a desigualdade de tratamento de pessoas. A discriminação com base no idioma, por exemplo, pode refletir-se no fato de não serem fornecidos intérpretes se a pessoa falar uma língua distinta daquela adotada nos tribunais; também pode se refletir nos documentos eleitorais e nas disposições feitas para cédulas convenientes a pessoas que são analfabetas ou que falam um idioma diferente de um dos idiomas oficiais do país.

O segundo parágrafo relaciona-se diretamente aos registros de administração de território colonial e de territórios sob tutela. Enquanto muitos dos documentos coloniais foram e são mantidos na sede colonial do governo e outros registros da administração colonial foram levados pelo poder governante da colônia antes ou quando da independência, documentos coloniais muito importantes foram deixados na ex-colônia. Quer sejam documentos belgas no Burundi, registros britânicos em Serra Leoa, registros alemães na Tanzânia ou registros espanhóis em toda a América Latina, esses documentos coloniais "deixados para trás" são tão cruciais para questões de direitos humanos quanto aqueles enviados ou exportados para Londres,³⁰ Berlim,³¹ Madri³² ou os Archives nationales d'outre-mer em Aix-en-Provence.³³

Além disso, as Nações Unidas têm a responsabilidade de supervisionar os territórios sob sua tutela. O Departamento de Assuntos Políticos (Department of Political Affairs) administra a supervisão por meio de sua Unidade de Descolonização (Decolonization Unit), e os documentos desse escritório fazem parte dos arquivos da ONU em Nova York. Em ex-potências coloniais e ex-colônias, em governos nacionais e na ONU, em empresas e em instituições religiosas, arquivistas preservam esses registros únicos.

²⁹ UNITED NATIONS. The United Nations and decolonization. Disponível em: <https://www.un.org/dppa/decolonization/en>. Acesso em: 10 out. 2022.

³⁰ ENGELHART, Katie. Exclusive: the UK has just unearthed new top secret colonial-era government files. *VICE News*, 11 maio 2015. Disponível em: <https://www.vice.com/en/article/pa4e8v/exclusive-the-uk-has-just-unearthed-new-top-secret-colonial-era-government-files>. Acesso em: 10 out. 2022.

³¹ GERMAN Bank caught in colonial land dispute. *AFP*, 13 nov. 2018. Disponível em: <https://www.news24.com/Africa/News/german-bank-caught-in-drc-colonial-land-dispute-20181112>. Acesso em: 10 out. 2022; TAYLOR, Howard Rechavia. US court hears case against Germany over Namibia genocide. *Al Jazeera*, 31 jul. 2018. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2018/07/court-hears-case-germany-namibia-genocide-180731201918543.html>. Acesso em: 10 out. 2022.

³² DES ARCHIVES témoignent que le Sahara occidental n'est pas marocain. *L'Expression*, 15 ago. 2018. Disponível em: <https://www.djazairiess.com/fr/lexpression/298099>. Acesso em: 10 out. 2022.

³³ MACRON advised to return looted African art treasures. *AFP*, 21 nov. 2018. Disponível em: <http://artdaily.com/news/109331/Macron-advised-to-return-looted-African-art-treasures#.XA2E3fkXAdU>. Acesso em: 10 out. 2022.

Artigo 3º

Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

O artigo 3º é o último dos artigos gerais da Declaração que reflete os ideais franceses de igualdade, fraternidade e liberdade. Assim como os dois primeiros artigos, o pano de fundo do artigo 3º é a Segunda Guerra Mundial. Johannes Morsink destaca que a Secretaria do comitê de redação da versão preliminar da Declaração preparou um relatório especial sobre julgamentos de crimes de guerra que examinou “a política vigente na Alemanha no verão de 1940, sob a qual todos os idosos, loucos e incuráveis, 'comedores inúteis', foram transferidos para instituições especiais onde foram mortos”. Isso mostra, escreve Morsink, “que a experiência da guerra fundamenta o texto do artigo 3º”.³⁴

Em 1989, citando o artigo 3º, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou um Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos “visando a abolição da pena de morte”. No final de 2018, apenas 86 países haviam ratificado o Protocolo – em outras palavras, menos da metade dos membros das Nações Unidas. Três dos membros permanentes do Conselho de Segurança (China, Rússia e Estados Unidos) também não ratificaram. Em outubro de 2018, o Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas adotou o Comentário Geral 36, afirmando: “O direito à vida é um direito que não deve ser interpretado de forma restritiva. Ele diz respeito ao direito dos indivíduos de serem livres de atos e omissões que tenham a intenção ou possam causar sua morte não natural ou prematura, bem como a desfrutar de uma vida com dignidade”.³⁵ Ativistas anti-aborto criticaram a ação, reclamando que o Comitê não incluiu o direito à vida do nascituro.³⁶

Muitos documentos apoiam os que defendem seus direitos citando o artigo 3º e aqueles que acreditam que seus direitos foram violados nos termos do artigo 3º. Entre os mais óbvios estão os arquivos de instituições médicas, hospitais e necrotérios, registros de cemitérios (civis, militares, religiosos ou da ONU), documentos de polícia, abertos e secretos, local e nacional, documentos da Interpol, documentos de prisões, civis e militares, documentos de estabelecimentos de detenção (incluindo aqueles para pessoas que estão sendo deportadas) e documentos investigativos de todos os tipos. Quer se trate dos registros de abuso de pacientes

³⁴ MORSINK, *UDHR*, p. 40.

³⁵ UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS COMMITTEE. *General comment No. 36 (2018) on article 6 of the International Covenant on Civil and Political Rights, on the right to life*. CCPR/C/GC/36, 3 out. 2018. Disponível em: https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CCPR/Shared%20Documents/1_Global/CCPR_C_GC_36_8785_E.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

³⁶ UN Human Rights Committee undermines the life of the unborn. *ADF International*, 30 out. 2018. Disponível em: <https://adfinternational.org/news/un-human-rights-committee-undermines-right-to-life-of-the-unborn/>. Acesso em: ----.

em hospitais nazistas³⁷ ou do abuso de crianças por padres católicos no Chile,³⁸ os documentos nos arquivos contam histórias de vida, liberdade e segurança pessoal.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Artigo 4º

Ninguém será mantido em escravidão ou em servidão; a escravidão e o trato dos escravos, sob todas as formas, são proibidos.

O artigo 4º inicia a lista de direitos específicos da Declaração. A Segunda Guerra Mundial forneceu o pano de fundo imediato para as deliberações sobre a escravidão, com redatores cientes do uso nazista de trabalho escravo e do arquipélago militar japonês de “estações de conforto” que abrigavam mulheres escravizadas. Embora hoje a escravidão como um sistema aceito de trabalho tenha sido erradicada, formas de trabalho análogas à escravidão continuam a existir. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) considera a escravidão um “problema grave e persistente”, e define a sua forma contemporânea como incluindo, mas não se limitando, à “sujeição por dívida, servidão, trabalho forçado, trabalho infantil e servidão infantil, tráfico de pessoas e órgãos, escravidão sexual, crianças em conflitos armados, venda de crianças, casamento forçado e venda de esposas, trabalho migrante, exploração da prostituição e certas práticas sob regimes de *apartheid* e coloniais”.³⁹ Em 2007, o Conselho de Direitos Humanos da ONU estabeleceu um Relator Especial sobre formas contemporâneas de escravidão, suas causas e consequências.

As variedades de escravidão contemporânea (como trabalho em regime de servidão, servidão involuntária e escravidão sexual) são muito difundidas. Por exemplo, o Relator Especial do ACNUDH em 2009 expressou sua preocupação com o fato de quase meio milhão de crianças haitianas estarem sendo vendidas, traficadas ou mantidas em condições de escravidão.⁴⁰ A Coreia do Norte sequestrou e escravizou pelo menos dezessete cidadãos japoneses durante as décadas de 1970 e 1980; desde 2002, cinco dos sequestrados retornaram ao Japão, mas doze ainda estão desaparecidos.⁴¹ Organizações de direitos humanos documentam ativamente casos

³⁷ OSTERATH, Brigitte. German research organization to identify Nazi victims that ended up as brain slides. *DW*, 2 maio 2017. Disponível em: <https://www.dw.com/en/german-research-organization-to-identify-nazi-victims-that-ended-up-as-brain-slides/a-38664332>. Acesso em: 10 out. 2022.

³⁸ CHILE: Investigators pursue sexual abuse cases in Rectory raids. *Telesur*, 14 jul. 2018. Disponível em: <https://www.telesurenglish.net/news/Chile-Investigators-Pursue-Sexual-Abuse-Cases-in-Rectory-Raids-20180714-0014.html>. Acesso em: 10 out. 2022.

³⁹ Disponível em: <http://www2.ohchr.org/english/issues/slavery/rapporteur/index.htm>. Acesso em: 10 out. 2022.

⁴⁰ REPORT of the Special Rapporteur on contemporary forms of slavery, including its causes and consequences, Gulnara Shahinian, Addendum, Mission to Haiti,” A/HRC/12/21/Add.1, 4 set. 2009. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G09/152/70/pdf/G0915270.pdf?OpenElement>. Acesso em: 9 out. 2022.

⁴¹ Para discussão do caso, ver Help Bring Them Home, *The Japan Journal*, abr. 2010, p. 20-21.

de escravidão virtual, em indústrias como a de pesca comercial⁴² e fabricação de tijolos.⁴³ Nadia Murad, uma mulher yazidi que foi capturada pelo ISIS no Iraque e vendida como escrava sexual, ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 2018 por seu trabalho para acabar com a violência sexual como arma em conflitos armados.⁴⁴

Muitos documentos em arquivos refletem o legado mundial da escravidão e do tráfico de escravos. Mas quais registros documentam a escravidão que existe hoje? Os registros de negócios das indústrias que mantêm trabalhadores em formas contemporâneas de escravidão são fontes fundamentais. Documentos públicos da polícia e das patrulhas de fronteira, dos serviços sociais e agências de bem-estar humano, dos ministérios do Trabalho e da Agricultura, são todos fontes de informação sobre trabalho forçado e tráfico de pessoas. A correspondência diplomática também pode documentar a luta contra a escravidão. Pelo menos tão importantes quanto os documentos do governo são os de organizações – particularmente de grupos religiosos e organizações não governamentais – que tentam ajudar essas pessoas infelizes apanhadas em condições análogas à escravidão. Jornalistas, assim como cientistas sociais e ativistas de direitos humanos, documentam alguns casos de escravidão; estes podem estar nos documentos de seus empregadores ou em seus acervos pessoais. A ONU e suas entidades voltadas ao trabalho, direitos humanos, crianças e mulheres têm documentos relativos às formas e práticas do flagelo contemporâneo da escravidão. Os arquivistas estão longe de concluir o processo de avaliação, gerenciamento, descrição e preservação de registros relativos à prática da escravidão.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Artigo 5º

Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

A prática da tortura foi muito noticiada na esteira dos crimes na prisão de Abu Ghraib, Iraque, em 2004, cometidos pelo Exército dos EUA e outros funcionários norte-americanos. Da mesma forma que a escravidão, proibida pelo artigo 4, a tortura tem uma longa e sórdida história. Sua onipresença levou os redatores da Declaração Francesa dos Direitos do Homem de 1789, embora sem usar a palavra “tortura”, a escrever em seu artigo 9: “se a prisão for considerada

⁴² INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. *Report of the Committee set up to examine the representation alleging non-observance by Thailand of the Forced Labour Convention, 1930* (No. 29), made under article 24 of the ILO Constitution by the International Trade Union Confederation (ITUC) and the International Transport Workers’ Federation (ITF), GB.329/INS/20/6, 20 mar. 2017. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_549113.pdf. Acesso em: 9 out. 2022.

⁴³ ANTI-SLAVERY INTERNATIONAL. *Slavery in India’s brick kilns and the payment system*. set. 2017. Disponível em: <https://www.antislavery.org/wp-content/uploads/2017/09/Slavery-In-Indias-Brick-Kilns-The-Payment-System.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

⁴⁴ NADIA Murad – Facts – 2018. *The Nobel Prize*, 7 dez. 2018. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/peace/2018/murad/facts/>. Acesso em: 10 out. 2022.

indispensável, toda dureza não essencial para garantir a segurança pessoal do prisioneiro será severamente reprimida por lei”.⁴⁵

Mas o que exatamente é considerado tortura e punição proibida e, portanto, onde encontraríamos documentos relevantes sobre isso? O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos de 1966 acrescenta à definição, no artigo 5, a frase: “Em particular, ninguém será sujeito sem seu livre consentimento à experimentação médica e científica”. Esta é uma clara referência aos experimentos médicos em prisioneiros realizados por médicos nazistas, mas também se aplica a regimes de eugenia, ocorridos em muitos países, que esterilizavam aqueles considerados inaptos. Experimentos médicos, como aqueles que testaram antídotos para doenças sexualmente transmissíveis em prisioneiros e outras pessoas vulneráveis na Guatemala, também violam este artigo.⁴⁶

A Convenção das Nações Unidas de 1984 contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes* inclui a restrição de que “tais dores ou sofrimentos são infligidos por um funcionário público ou outra pessoa no exercício de funções públicas, ou por sua instigação, ou com o seu consentimento ou aquiescência”. Isso parece eliminar a possibilidade de que atores não estatais possam infligir tortura, o que é manifestamente falso. O estatuto de Roma de 1998 do Tribunal Penal Internacional retirou essa limitação, definindo tortura no artigo 7º, parágrafo 2º (e) como “ato por meio do qual uma dor ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são intencionalmente causados a uma pessoa que esteja sob a custódia ou o controle do acusado; este termo não compreende a dor ou os sofrimentos resultantes unicamente de sanções legais, inerentes a essas sanções ou por elas ocasionados”.⁴⁷

Assim como acontece com a maioria dos direitos humanos, os registros governamentais são fontes cruciais. Documentos de polícia, polícia secreta, polícia militar, centros de detenção juvenil e de imigração, “reformatórios”, asilos, prisões e fazendas para pobres [*poor farms*] são fontes potenciais de informação sobre tortura e tratamento desumano de pessoas. Mas, além dos documentos do governo, podemos encontrar informações sobre dores e sofrimentos mentais e físicos graves infligidos a pessoas sob o controle de outras nos registros de algumas instituições médicas, empresas, entidades religiosas, corpos paramilitares e organizações extremistas. Algumas das evidências mais dramáticas vêm de fontes pessoais, como as terríveis fotografias de abusos em Abu Ghraib, tiradas por guardas prisionais militares norte-americanos

⁴⁵ Tradução do texto em inglês em http://avalon.law.yale.edu/18th_century/rightsof.asp. Acesso em: 10 out. 2022.

⁴⁶ RODRIGUEZ, Michael A.; GARCIA, Robert. First, do no harm: The US sexually transmitted disease experiments in Guatemala. *American Journal of Public Health*, dez. 2013, p. 2122-2126. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3828982/>. Acesso em: 10 out. 2022.

* Para a convenção em inglês, ver: <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-against-torture-and-other-cruel-inhuman-or-degrading>. Acesso em: 9 out. 2022. Para a versão brasileira, ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0040.htm#:~:text=DECRETA%3A-,%20na%20data%20de%20sua%20publica%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 9 out. 2022.

⁴⁷ Para o texto em inglês do Estatuto de Roma, ver: <https://www.icc-cpi.int/sites/default/files/RS-Eng.pdf>. Acesso em: 9 out. 2022. Para a versão brasileira, ver http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm.

com suas câmeras digitais pessoais.⁴⁸ Informações sobre tortura e abuso podem ser encontradas nos documentos reunidos por aqueles que tentam investigar comportamento abusivo, desde tribunais e promotores até ONGs, jornalistas e organizações de mídia, acadêmicos e organizações internacionais, desde o Alto Comissariado da ONU e seu relator especial sobre tortura (criado em 1985) até o Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Infelizmente, muitos arquivos terão documentos relacionados à infligência de dor e sofrimento severos e alguns terão registros de tortura.

Em 1997, a Assembleia Geral das Nações Unidas fixou 26 de junho como o Dia Internacional de Apoio às Vítimas de Tortura, marcando o dia em que a Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes⁴⁹ entrou em vigor, em 1987, e que a Carta das Nações Unidas foi assinada, em 1948. Arquivos com acervos relevantes poderiam usar o dia 26 de junho para um programa educacional ou evento público destinado a chamar a atenção para a proibição contida no artigo 5 e suas múltiplas violações, conforme demonstrado nos arquivos.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Artigo 6º

Todos os indivíduos têm direito ao reconhecimento, em todos os lugares, da sua personalidade jurídica.

O artigo 6 é o primeiro dos seis artigos da Declaração que tratam dos direitos humanos legais. Estes constituem quase um quarto dos artigos de toda a Declaração.

Embora o conceito incorporado no artigo 6 pareça óbvio para a maioria dos que vivem no século 21, a ideia de uma “personalidade legal jurídica” era estranha para alguns dos redatores da Declaração, incluindo aqueles dos Estados Unidos, Reino Unido e China. No entanto, os delegados franceses, soviéticos e canadenses pressionaram por sua inclusão, apontando que governos como o de Hitler privavam arbitrariamente certas pessoas de vida legal. O delegado do Chile, Hernán Santa Cruz, argumentou que “os interesses do indivíduo [vêm] antes daqueles do Estado e que não se deveria permitir ao Estado privar o indivíduo de sua dignidade e de seus direitos básicos”.⁵⁰

⁴⁸ A revista Time considerou a foto de um homem sob tortura uma das “mais influentes imagens de todos os tempos”: “The Hooded Man”. Disponível em: http://salon.com/news/abu_ghraib/2006/03/14/chapter_4/1.html. Acesso em: 10 out. 2022.

⁴⁹ Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CAT.aspx>. Para a versão brasileira, ver http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0040.htm#:~:text=Cada%20Estado%20Parte%20se%20comprometer%C3%A1,pessoa%20no%20exerc%C3%ADcio%20de%20fun%C3%A7%C3%B5es.

⁵⁰ MORSINK, UDHR, p. 38.

O artigo 6 foi incorporado em vários acordos internacionais que se seguiram à Declaração. O artigo 16 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966) diz: “Toda pessoa terá direito, em qualquer lugar, ao reconhecimento de sua personalidade jurídica”. A Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de Suas Famílias (1990) diz, em seu artigo 24: “Os trabalhadores migrantes e os membros da sua família têm direito ao reconhecimento da sua personalidade jurídica, em todos os lugares.”⁵¹ A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2008), artigo 12, proclama: “Os Estados Partes reafirmam que as pessoas com deficiência têm o direito de ser reconhecidas em qualquer lugar como pessoas perante a lei.”⁵² Reafirmações desse direito são encontradas em convenções internacionais que protegem as mulheres (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher)⁵³ e as crianças (Convenção sobre os Direitos da Criança).⁵⁴

Uma questão importante abrangida por este artigo é a dos desaparecimentos forçados. Com a queda dos regimes militares em países sul-americanos como Argentina e Peru, esclarecer os destinos das pessoas “desaparecidas à força” tornou-se uma preocupação central da sociedade. Em 1980, a Comissão de Direitos Humanos da ONU estabeleceu um Grupo de Trabalho sobre Desaparecimentos Forçados ou Involuntários e, em 1992, a Assembleia Geral da ONU adotou uma “Declaração sobre a proteção de todas as pessoas contra desaparecimentos forçados”. Seu artigo 1º, parágrafo 2º, afirma: “Todo o ato de desaparecimento forçado subtrai as pessoas que a ele são sujeitas à proteção da lei e provoca grandes sofrimentos a essas pessoas e às suas famílias. Constitui uma violação das normas de direito internacional que garantem, nomeadamente, o direito ao reconhecimento da personalidade jurídica, o direito à liberdade e segurança pessoal e o direito a não ser submetido à tortura ou a outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. Também viola ou constitui uma grave ameaça ao direito à vida.”⁵⁵ Isso foi seguido em 2006 pela Convenção Internacional para a Proteção de Todas as

⁵¹ Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CMW.aspx>. Para a versão brasileira, usada na citação, ver <https://www.oas.org/dil/port/1990%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20Internacional%20sobre%20a%20Protec%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Direitos%20de%20Todos%20os%20Trabalhadores%20Migrantes%20e%20suas%20Fam%C3%ADlias,%20a%20resolu%C3%A7%C3%A3o%2045-158%20de%2018%20de%20dezembro%20de%201990.pdf>. Acesso em: 24 maio 2022.

⁵² Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/CRPD/Pages/ConventionRightsPersonsWithDisabilities.aspx>. Acesso em: 24 maio 2022. Para a versão brasileira, usada na citação, ver http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm.

⁵³ Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CEDAW.aspx>. Para a versão brasileira, ver http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm. Acesso em: 24 maio 2022.

⁵⁴ Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CRC.aspx>. Para a versão brasileira, ver http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm. Acesso em: 24 maio 2022.

⁵⁵ DECLARATION on the Protection of all Persons from Enforced Disappearance, adopted by General Assembly resolution 47/133 of December 18, 1992. Disponível em: https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/Enforced_Disappearance.aspx. Acesso em: ----. Ver também THE WORKING GROUP ON ENFORCED OR INVOLUNTARY DISAPPEARANCES. *General comment on the right to recognition as a person before the law in the context of enforced disappearances*. Disponível em: <https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Disappearances/GCRecognition.pdf.aspx>. Acesso em: ----. Para a versão brasileira, usada na citação, ver <http://www.nepp-dh.ufrj.br/onu19-2.html>. Acesso em: 4 jun. 2022.

Pessoas contra o Desaparecimento Forçado,⁵⁶ e um Comitê de Desaparecimentos Forçados foi estabelecido para monitorar a implementação do Convenção.

Infelizmente, desaparecimentos são abundantes, com milhares de casos não resolvidos em todo o mundo, alguns que remontam à Guerra Civil Espanhola, ou mais recentes, como o desaparecimento de 43 estudantes na cidade mexicana de Iguala, em 2014,⁵⁷ ou o desaparecimento em 2018 do jornalista saudita Jamal Khashoggi.⁵⁸

Com o conceito agora tão amplamente reiterado, os arquivos que sustentam esse direito são facilmente identificados? Certamente os documentos judiciais são importantes aqui, incluindo os registros dos tribunais militares. Mas também são importantes os registros de deliberações nos parlamentos e nas comissões parlamentares, documentos de juntas militares e de serviços de segurança, registros de chefes executivos e de conselhos executivos. Documentos de investigações realizadas por grupos de direitos humanos, mídia jornalística e por defensores públicos também são fontes centrais, assim como documentos de comissões da verdade. Sejam os autos de um processo judicial que considere o direito de uma mulher de contratar seu trabalho sem a aprovação do pai ou do marido,⁵⁹ ou os autos de uma investigação de um defensor público sobre as denúncias de um trabalhador migrante de que não lhe é pago o salário mínimo do governo oficial,⁶⁰ os arquivos os preservam. Afinal, esses registros mostram uma pessoa, diante do poder do Estado, insistindo para ser ouvida e o Estado reconhecendo o direito do indivíduo de fazê-lo. Os documentos são fundamentais.

⁵⁶ Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/CED/Pages/ConventionCED.aspx> Acesso em: 04 jun. 2022. Para a versão brasileira, ver http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8767.htm. Acesso em: 4 jun. 2022.

⁵⁷ MEXICO missing students: new president creates truth commission. *BBC News*, 3 dez. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-46434700>. Acesso em: 10 out. 2022.

⁵⁸ JAMAL Khashoggi case: All the latest updates. *Al Jazeera*, 6 dez. 2018. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2018/10/jamal-khashoggi-case-latest-updates-181010133542286.html>. Acesso em: 10 out. 2022.

⁵⁹ INTERNATIONAL FEDERATION FOR HUMAN RIGHTS. *Women's rights in the United Arab Emirates*, January 2010, in a note submitted to the United Nation's Committee on the Elimination of Discrimination Against Women (CEDAW), reported that UAE Labor Laws restrict women from "working without the consent of a woman's husband or male guardian." Disponível em: https://www.fidh.org/IMG/pdf/UAE_summaryreport_for_CEDAW.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

⁶⁰ REVEALED: the New Zealand employers caught exploiting workers. *Newshub*, 31 ago. 2018. Disponível em: <https://www.newshub.co.nz/home/new-zealand/2018/08/revealed-the-new-zealand-employers-caught-exploiting-workers.html>. Acesso em: 10 out. 2022.

Artigo 7º

Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei. Todos têm direito a proteção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Johannes Morsink, um dos principais estudiosos da Declaração, considera o artigo 7º “um dos mais mal escritos em toda a Declaração”, observando que “parece redundante e se sobrepõe em sua segunda frase ao artigo 2º”.⁶¹ No entanto, o artigo 7º faz duas contribuições importantes para a Declaração: a afirmação ampla de que todos têm direito a proteção igual e a proibição de incitamento à discriminação. O objetivo do artigo é a proteção pela lei, que, por sua vez, exige que o Estado ou órgão internacional que administra o sistema jurídico proteja afirmativamente o indivíduo. Este é, obviamente, um grande problema quando os sistemas legais são corruptos, racistas ou discriminatórios.

A expressão “sem distinção” pretendia proibir futuros tipos de discriminação que não aparecem especificamente enumerados na Declaração. Como disse o delegado das Filipinas, referindo-se à legislação recentemente aprovada na África do Sul, “certos direitos, como o de viajar em ferrovias sem discriminação, não foram [explicitamente] mencionados na Declaração, mas certamente deveriam ser cobertos”.⁶² No início do século 21, os defensores internacionais dos direitos humanos se concentraram em proteger os direitos das pessoas, independentemente de sua orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero ou características sexuais. Uma conferência em 2006 em Yogyakarta, Indonésia, desenvolveu os Princípios de Yogyakarta como um guia internacional para o tratamento de pessoas LGBT. O documento foi atualizado em 2017, acrescentando-se nove novos princípios e 112 obrigações estatais adicionais “em resposta a violações documentadas de direitos humanos contra pessoas LGBT em todo o mundo”. Os Princípios de Yogyakarta são usados pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas quando revisa os documentos de direitos humanos dos Estados, um processo que não poderia ter sido antecipado pelos membros do comitê de redação em 1948.⁶³

A proteção contra o incitamento à discriminação parece conflitar com os direitos de liberdade de expressão encontrados no artigo 19. Parece apoiar a ação do governo para proibir o discurso de ódio e exigir que os governos equilibrem o direito de expressão com o direito de ser protegido contra o discurso de ódio. A cláusula de incitação traz outra contribuição importante, pois reconhece que o real perpetrador da discriminação pode não ser seu autor intelectual, e que este é igualmente culpado. Essa responsabilização é essencial para processar funcionários de nível superior em uma burocracia que discrimina em violação à Declaração.

⁶¹ MORSINK, UDHR, p. 45-47.

⁶² MORSINK, UDHR, p. 69-72.

⁶³ YOGYAKARTA Principles+10. Disponível em: <http://yogyakartaprinciples.org/principles-en/yp10/>. Acesso em: 10 out. 2022.

O artigo 7º tem uma importância crescente à medida que o discurso na Internet incita à discriminação, um método de discurso que os redatores da Declaração não poderiam ter imaginado, embora estivessem muito familiarizados com o incitamento nazista por meio do rádio. A incitação no rádio continua, é claro. Em 2003, o Tribunal Penal Internacional para Ruanda condenou Ferdinand Nahimana, fundador da Radio Television des Mille Collines de Ruanda, “por genocídio, incitação ao genocídio, conspiração e crimes contra a humanidade, extermínio e perseguição”.⁶⁴ Ao sentenciar Nahimana, o juiz Navanethem Pillay disse-lhe: “Você tinha plena consciência do poder das palavras, e usou o rádio – o meio de comunicação com o maior alcance público – para disseminar ódio e violência. Sem arma de fogo, machete [facão] ou qualquer arma física, você causou a morte de milhares de civis inocentes”. Em abril de 2017, apenas alguns meses antes de os refugiados rohingya começarem a sair de Mianmar em busca de segurança além das fronteiras, o presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Jammu, na Índia, disse em uma entrevista coletiva que, se os cidadãos rohingya locais não deixassem o estado, “não teríamos outra opção a não ser lançar um movimento 'Identifique e Mate' contra colonos estrangeiros que são criminosos em todo o estado”.⁶⁵

A amplitude do artigo sugere que diversos tipos de documentos apoiariam o exercício dos direitos à não discriminação que ele busca proteger. Documentos de tribunais, de órgãos legislativos e de organizações não governamentais dedicadas a protestar contra a discriminação são fontes importantes. Mas o mesmo acontece com os documentos de empregadores, por exemplo. Business Daily Africa, em um artigo intitulado “*Can labour officials seize records from your office?*” [“Os funcionários trabalhistas podem apoderar-se de documentos de seu escritório?”] discutiu os direitos do governo do Quênia de inspecionar documentos de empresas privadas.⁶⁶ Esses seriam precisamente os registros necessários se os funcionários alegassem discriminação na contratação, promoção ou atribuição. Os arquivistas de empresas têm responsabilidades especiais para preservar registros de emprego, assim como os arquivos sindicais são incumbidos de preservar documentos que demonstrem que todas as reclamações feitas a eles são tratadas igualmente e os serviços médicos são responsáveis pelos registros que documentam a igualdade de tratamento.

O discurso na Internet, em especial o discurso de ódio por parte de indivíduos, certamente será o foco de litígios prolongados no futuro.⁶⁷ De acordo com uma pesquisa realizada em 2017 pelo Pew Research Center [Centro de Pesquisas Pew] dos Estados Unidos, quatro em cada dez das mais de quatro mil pessoas entrevistadas disseram ter sofrido pessoalmente assédio online e, em uma descoberta surpreendente, “aproximadamente metade dos que foram assediados

⁶⁴ ICTR press release. 3 dez. 2003. Disponível em: <http://unictr.irmct.org/en/news/three-media-leaders-convicted-genocide>. Acesso em: 10 out. 2022.

⁶⁵ HASHMI, Syed Junaid. Jammu Chamber to launch Identify & Kill campaign against Rohingya refugees. *KL News Network*, 7 abr. 2017. Disponível em: <http://www.kashmirilife.net/jammu-chamber-to-launch-identify-kill-campaign-against-rohingya-refugees-137095/>. Acesso em: 10 out. 2022.

⁶⁶ MUGO, Jacqueline. Can labour officials seize records from your office? *Business Daily*, 20 jul. 2010. Disponível em: <https://www.businessdailyafrica.com/bd/lifestyle/society/can-labour-officials-seize-records-from-your-office—1966122>. Acesso em: 10 out. 2022.

⁶⁷ O Holocaust Memorial Museum dos Estados Unidos, alarmado pelas relações entre discurso de ódio e atrocidades em massa, publicou, em 2016, *Hate: A Strategic Guide to Counteract Dangerous Speech*. Disponível em: <https://www.ushmm.org/m/pdfs/20160229-Defusing-Hate-Guide.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

online (54%) dizem que seu incidente mais recente envolveu um estranho e/ou alguém cuja identidade real eles não conheciam”.⁶⁸ As contas das mídias sociais, a “dark web” e o grande volume de tráfego nas plataformas representam uma tarefa assustadora para empresas como Facebook e Twitter gerenciarem e governos regularem. A preservação arquivística do discurso de ódio relevante, seja em documentos investigativos (polícia local, investigações universitárias) ou ao documentar eventos distantes, como o discurso de propagandistas do Estado Islâmico, será uma tarefa cada vez mais importante.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Artigo 8º

Toda a pessoa tem direito a recurso efetivo para as jurisdições nacionais competentes contra os atos que violem os direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição ou pela lei.

Devemos agradecer à América Latina pelo artigo 8º. Em abril de 1948, 21 nações da América Latina e os Estados Unidos adotaram a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, que dizia, em seu artigo XVIII: “Toda pessoa pode recorrer aos tribunais para fazer respeitar os seus direitos legais. Deve poder contar, outrossim, com processo simples e breve, mediante o qual a justiça a proteja de atos de autoridade que violem, em seu prejuízo, qualquer dos direitos fundamentais consagrados constitucionalmente.”⁶⁹ Quando o projeto da Declaração Universal foi debatido, México e Cuba, cada um por seu turno, propuseram acrescentar uma redação semelhante à da Declaração Americana para estabelecer o direito a um recurso judicial efetivo se uma pessoa acreditasse que seus direitos básicos houvessem sido violados. A proposta foi aceita e o artigo adotado, dando proteção ao indivíduo contra abusos por parte das autoridades estatais. O princípio foi ressaltado quando a Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1966, adotou o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos que, em seu artigo 9º, parágrafos 3 e 4, abrange o mesmo fundamento.

O artigo não foi controverso por seis décadas após sua redação, mas na década de 2010 ensejou um novo debate. Brian Farrell, um jurista, sugeriu que o artigo 8º garante implicitamente o direito ao *habeas corpus* (uma ação legal para libertar alguém de detenção ilegal). Observando o contexto latino-americano do artigo, Farrell apontou para o recurso generalizado na América Latina conhecido como *amparo*, que poderia ser usado “para remediar a violação de quaisquer direitos fundamentais, incluindo os de liberdade pessoal”. Ele argumentou que a versão final do artigo 8º é “equivalente ao recurso geral de *amparo*” e porque o direito ao *habeas corpus*

⁶⁸ DUGGAN, Maeve. Online Harassment 2017. *Pew Research Center*, 11 jul. 2017. Disponível em: <http://www.pewinternet.org/2017/07/11/online-harassment-2017/>. Acesso em: 10 out. 2022.

⁶⁹ Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/Basicos/English/Basic2.American%20Declaration.htm>. Acesso em: 10 out. 2022. Em português, ver https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/b.declaracao_americana.htm. Acesso em: 10 out. 2022.

“assumi uma importância maior nos últimos anos devido às práticas empregadas na luta contra o terrorismo”.⁷⁰

A reparação abrange ações que visam colocar a vítima de volta à posição que ela ocupava antes do crime ter sido cometido, a compensação pela perda ou o reconhecimento intangível do mal cometido, como um pedido oficial de desculpas ou a construção de um memorial.⁷¹ Após o colapso das ditaduras militares no último quartel do século 20, os estados latino-americanos enfrentaram demandas pela verdade de detenções e reparações. Isso levou a complexos programas de reparação, que dependiam fortemente de provas documentais fornecidas pelas vítimas ou suas famílias.⁷²

O foco dado ao Estado no artigo 8º mais uma vez significa que os arquivos de tribunais, de promotores e de advogados particulares (incluindo aqueles que trabalham para ONGs de direitos humanos) são fontes importantes, assim como os documentos de agências governamentais que podem ser as perpetradoras de violações de direitos. A extensão do artigo 8º aos casos de *habeas corpus* também significa que os documentos prisionais e de outros locais de permanência involuntária são importantes. O mesmo ocorre com documentos das ONGs que registram atos que exigem reparação, os documentos das comissões da verdade e das comissões de reivindicações, bem como os arquivos pessoais.

Mas, e se a questão for a “competência” dos próprios tribunais no que se refere à redação do artigo 8º Isso nos leva aos documentos de grupos que atuam como monitores judiciais, observando o andamento dos julgamentos para determinar sua adesão básica a procedimentos judiciais justos. E também nos remete aos arquivos pessoais dos juízes, que tradicionalmente levam documentos para casa quando saem do tribunal. Os arquivistas precisam estar atentos à importância desses documentos, adquiri-los ou manter um registro de sua localização, sobretudo no caso de juízes que se aposentaram recentemente.⁷³

⁷⁰ FARRELL, Brian. *Does the Universal Declaration of Human Rights implicitly guarantee a right to habeas corpus?* Disponível em: <https://digitalcommons.wcl.american.edu/hrbrief/vol16/iss1/1/>. Acesso em: 10 out. 2022.

⁷¹ Para uma visão geral da variedade de reparações, veja Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos [United Nations High Commissioner for Human Rights], *Rule-of-law tools for post-conflict states: Reparations programmes*, 2008. Disponível em: <https://www.ohchr.org/Documents/Publications/ReparationsProgrammes.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

⁷² PETERSON, Trudy Huskamp. Proof. *Informatio*, v. 23, n. 1, 2018. Disponível em: <https://informatio.fic.edu.uy/index.php/informatio/article/view/204/197>. Acesso em: 10 out. 2022.

⁷³ Para uma breve discussão sobre a destinação de arquivos pessoais de juízes nos EUA e Canadá, ver PETERSON, Trudy Huskamp. *Temporary courts, permanent records*. Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2008, p. 61. Disponível em: https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/media/documents/publication/TCPR_Peterson_HAPPO02.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

Artigo 9º

Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado.

A substância do artigo 9º está enraizada nas ideias europeias do século 17 sobre os direitos naturais dos seres humanos. Na Inglaterra, por exemplo, a Petição de Direitos de 1628 reivindicou o direito de ser livre de prisão arbitrária e encarceramento, e em 1679 o Parlamento inglês aprovou a Lei de *Habeas Corpus* estabelecendo o direito de proteção contra detenção ou prisão arbitrária.⁷⁴ Dada essa longa história, os redatores do artigo tiveram pouco debate sobre o princípio contido no artigo 9º; a questão incômoda era qual padrão deveria ser usado para determinar o que era “arbitrário”. Várias fórmulas foram propostas pelos redatores para estabelecer um padrão de legalidade (o inverso de “arbitrário”), a maioria das quais incluía a noção de uma lei que havia sido formalmente adotada. Ao final das deliberações, no entanto, os redatores abandonaram qualquer definição de “arbitrário” porque reconheceram que as leis formalmente adotadas ainda poderiam privar injustamente as pessoas de sua liberdade. Ao final do processo de redação, a delegação da URSS propôs adicionar a expressão “ou exilado”, que foi adotada.⁷⁵

O artigo 9º trata diretamente dos direitos humanos individuais. Não surpreende que por isso seja usado como defesa em uma enorme variedade de ações em todo o mundo, como o caso dos prisioneiros detidos na prisão militar dos EUA na Baía de Guantánamo, Cuba,⁷⁶ no das prisões arbitrárias de homens e mulheres homossexuais na Indonésia,⁷⁷ no da detenção de imigrantes ilegais na Hungria.⁷⁸ Em 1980, as Nações Unidas criaram o Grupo de Trabalho sobre Desaparecimentos Forçados ou Involuntários, e em 1991 estabeleceram o Grupo de Trabalho sobre Detenção Arbitrária; uma análise do trabalho desses dois órgãos da ONU mostra o imenso alcance do artigo 9.⁷⁹

As principais fontes de informação sobre prisão arbitrária, detenção e exílio são documentos governamentais de tribunais (abertos ou secretos), policiais, militares, de serviços de imigração e de regimes de controle de fronteiras. Documentos de órgãos governamentais temporários, como comissões da verdade, são fontes importantes, assim como os registros das Nações Unidas

⁷⁴ LAUREN, Paul Gordon. *The evolution of international human rights: visions seen*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1998, p. 14.

⁷⁵ MORSINK, *UDHR*, p. 50.

⁷⁶ CLOSING Guantanamo. *Human Rights First*, 10 out. 2018. Disponível em: <https://www.humanrightsfirst.org/resource/closing-guantanamo>. Acesso em: ----.

⁷⁷ INDONESIA: Four arrested for same-sex conduct. *Human Rights Watch*, 2 abr. 2018. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2018/04/02/indonesia-four-arrested-same-sex-conduct>. Acesso em: 10 out. 2022.

⁷⁸ EUROPEAN rights court says Hungary must feed asylum seekers on border. *Reuters*, 23 ago. 2018. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-europe-migrants-hungary-food-idUSKCN1L81R8>. Acesso em: 10 out. 2022.

⁷⁹ Disponível em: <http://www2.ohchr.org/english/issues/disappear/index.htm>; <https://www.ohchr.org/en/special-procedures/wg-arbitrary-detention>. Acesso em: 10 out. 2022.

e de órgãos regionais, como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Organizações não governamentais nacionais e internacionais que monitoram direitos humanos, prestam assistência a presos, defendem reforma prisional e prestam serviços a refugiados têm registros relevantes. As igrejas também podem manter documentos de assistência a refugiados e a famílias de detidos ou deportados. Arquivos universitários guardam documentos pessoais de ex-alunos que estiveram envolvidos em algum caso ou causa, bem como os registros de centros universitários de direitos humanos e de faculdades de direito que patrocinam serviços para assistência a prisioneiros e grupos minoritários, que muitas vezes são afetados desproporcionalmente por violações do artigo 9º. Documentos sindicais contêm informações sobre prisões e detenções arbitrárias de sindicalistas e registros de empresas contêm informações semelhantes. Em suma, quase todos os tipos de arquivos podem ter acervos com informações pertinentes ao artigo 9º.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Artigo 10

Toda a pessoa tem direito, em plena igualdade, a que a sua causa seja equitativa e publicamente julgada por um tribunal independente e imparcial que decida dos seus direitos e obrigações ou das razões de qualquer acusação em matéria penal que contra ela seja deduzida.

Os redatores deste artigo estavam determinados a anular os processos corrompidos do sistema legal nazista. Originalmente, o projeto previa apenas o direito de acesso a “tribunais independentes e imparciais”; mais tarde foi introduzida a ideia de direito a uma audiência pública. Ainda que o fato de ser público não torne o julgamento necessariamente justo ou imparcial – e os redatores com certeza estavam cientes dos julgamentos públicos de expurgo realizados na URSS entre 1936 e 1938 –, os procedimentos abertos permitem que as pessoas monitorem a equidade nos julgamentos, bem como que a família e os amigos conheçam as acusações e os vereditos.

Existe uma enorme literatura sobre o direito a um julgamento justo. O Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas emitiu duas vezes um Comentário Geral sobre este artigo, conforme refletido no artigo 14 relacionado do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. O Comentário Geral 32 insiste: “O desvio dos princípios fundamentais de um julgamento justo, incluindo a presunção de inocência, é sempre proibido.”⁸⁰ Uma discussão útil encontra-se no guia *What is a Fair Trial?* [O que é um julgamento justo?] preparado em 2000 pelo [U.S.] Lawyers’ Committee for Human Rights, agora chamado de Human Rights First. Esta publicação destina-se a pessoas que desejam monitorar a equidade nos julgamentos, mas

⁸⁰ HUMAN RIGHTS COMMITTEE. *General Comment No. 32, Article 14: Right to equality before courts and tribunals and to a fair trial*, CCPR/C/GC/32, 23 ago. 2007. Disponível em: <http://hrlibrary.umn.edu/gencomm/hrcom32.html>. Acesso em: 10 out. 2022. Para versão em português, ver: <http://acnudh.org/wp-content/uploads/2011/06/Compilation-of-HR-instruments-and-general-comments-2009-PDHJTimor-Leste-portugues.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

oferece a todos uma boa visão geral das questões de equidade antes, durante e depois de um julgamento.⁸¹

Por exemplo, um julgamento imparcial é aquele que é rápido, mas não precipitado. Um acadêmico dos EUA, foi preso no Irã e ficou encarcerado por quase um ano, mas seu confinamento “só se tornou conhecido quando o Judiciário do Irã anunciou sua sentença.”⁸² No outro extremo, os julgamentos de supostos militantes do ISIS no Iraque duraram, em média, vinte minutos.⁸³

O monitoramento dos processos judiciais é um importante estímulo para julgamentos justos. O Humanitarian Law Center Kosovo, organismo não governamental, publicou uma visão geral dos casos de crimes de guerra no Kosovo de 1999 a meados de junho de 2018, resultado do monitoramento sistemático de julgamentos de crimes de guerra.⁸⁴ Os documentos de monitoramento também ajudam o público a decidir se um julgamento é justo. Na Alemanha, durante o julgamento que durou cinco anos de cinco membros do National Socialist Underground (NSU), um grupo terrorista neonazista, uma coalizão de indivíduos e grupos formou o NSU-Watch para monitorar diariamente o julgamento, “escrevendo relatórios, resumos e fichas informativas em formas acessíveis (não apenas traduzindo em vários idiomas como simplificando a linguagem judiciária) para os movimentos sociais e para o público em geral”. Isso foi particularmente importante porque o julgamento não foi gravado em vídeo para exibição pública.⁸⁵

Os registros arquivísticos que documentam a justiça de um julgamento começam com os documentos dos tribunais, sejam eles civis, criminais ou administrativos, nacionais, regionais ou internacionais. Os documentos dos advogados tanto do Ministério Público quanto particulares são relevantes, assim como os registros do Ministério da Justiça. ONGs de direitos humanos e advogados de assistência jurídica têm documentos que registram o processo de julgamento, da mesma forma que as associações de advogados de defesa e as ordens de advogados.

Para os arquivistas, uma questão importante no manuseio dos documentos de advogados particulares e de suas associações é a rígida regra de privacidade frequentemente imposta. Advogados particulares e associações de advogados consideram, em muitos países, antiético

⁸¹ WHAT is a fair trial? *Human Rights First*, 2000. Disponível em: https://internationalcourts.net/system/files/LawyersCommitteeForHumanRights_WhatsAFairTrial_2000.pdf. Acesso em: 29 set. 2022.

⁸² SCHRECK, Adam; TANG, Didi. Wife of Princeton researcher held in Iran urges his release. *Associated Press*, 18 jul. 2017. Disponível em: <https://apnews.com/article/18cbfc7bf38d4890bccdddce7fc490b2>. Acesso em: 29 set. 2022.

⁸³ GALLAGHER, Ash. For captured ISIS fighters in Iraq, justice is swift and conviction is certain. *Yahoo News*, 13 dez, 2017. Disponível em: <https://uk.news.yahoo.com/captured-isis-fighters-iraq-justice-swift-conviction-certain-174952840.html?guccounter=1>. Acesso em: 29 set. 2022.

⁸⁴ MORINA, Die; RAMADANI, Drenushe. Kosovo Courts try 111 war suspects since 1999. *BIRN*, 25 out. 2018. Disponível em: http://www.balkaninsight.com/en/article/111-accused-for-war-crimes-in-kosovo-during-1999-2018-10-25-2018?utm_source=Balkan+Insight+Newsletters&utm_campaign=7475d45642-BI_DAILY&utm_medium=email&utm_term=0_4027db42dc-7475d45642-319725265. Acesso em: 29 set. 2022.

⁸⁵ MOORE, Hilary; FREY, Laura. Anti-fascists won't let Germany return to normal after weak verdict in neo-nazi trial. *Waging Non-Violence*, 13 jul. 2018. Disponível em: <https://wagingnonviolence.org/2018/07/anti-fascists-germany-neo-nazi-nsu-trial/>. Acesso em: 29 set. 2022.

disponibilizar a qualquer pessoa registros de trabalho para um cliente, a menos que o cliente concorde (privilégio advogado-cliente). Assim, embora os arquivos possam preservar os registros, é muito difícil superar a presunção de não acesso, limitando muito o seu uso para a pesquisa.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Artigo 11

- 1. Toda a pessoa acusada de um ato delituoso presume-se inocente até que a sua culpabilidade fique legalmente provada no decurso de um processo público em que todas as garantias necessárias de defesa lhe sejam asseguradas.*
- 2. Ninguém será condenado por ações ou omissões que, no momento da sua prática, não constituíam ato delituoso à face do direito interno ou internacional. Do mesmo modo, não será infligida pena mais grave do que a que era aplicável no momento em que o ato delituoso foi cometido.*

O artigo 11 contém três ideias em dois parágrafos: a presunção de inocência, o direito à defesa e a não retroatividade da lei (também conhecida como lei *ex post facto*). O primeiro parágrafo foi adotado com relativa facilidade pelo comitê de redação da Declaração, mas o segundo gerou longos debates. O principal problema surgiu dos julgamentos de crimes de guerra em Nuremberg. Um dos principais argumentos dos nazistas ali julgados foi que eles estavam “agindo de acordo com as leis existentes na época”, ressaltando que as Convenções já existentes de Haia e de Genebra não incluíam crimes contra a paz ou crimes contra a humanidade, que eram duas das acusações contra os réus nazistas. Embora os juízes tenham rejeitado esse argumento, os redatores do artigo 11 queriam tanto garantir que ninguém seria julgado culpado de um ato não considerado crime no momento em que foi cometido quanto manter as decisões tomadas em Nuremberg. Após muita negociação para redigi-lo e reformulá-lo, o segundo parágrafo foi aprovado.⁸⁶

O princípio da não retroatividade faz parte do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos de 1966 (artigo 15, parágrafo 1), bem como da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, da Carta Árabe dos Direitos Humanos e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem. O princípio apareceu em casos tão variados quanto o de 2003 no Tribunal Europeu de Direitos Humanos contra dois estonianos pela deportação de civis para a União Soviética em 1949 (Kolk e Kislyiy v. Estônia),⁸⁷ casos no Tribunal Penal Internacional sobre a ex-Iugoslávia, e até mesmo em defesa da decisão do juiz

⁸⁶ MORSINK, *UDHR*, p. 52-58.

⁸⁷ EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. *Decision on the case of Kolk and Kislyiy v. Estonia*, 17 jan. 2006. Disponível em: <http://www.derechos.org/nizkor/impu/kolk.html>. Acesso em: 29 set. 2022.

espanhol Baltasar Garzon de investigar crimes contra a humanidade cometidos durante a ditadura de Francisco Franco.⁸⁸

Os documentos de arquivo que apoiam o artigo 11 são os dos tribunais (locais, nacionais, regionais, internacionais), os dos promotores e advogados de defesa, e os das ONGs que monitoram o processo judicial.

O artigo supõe que os arquivos públicos preservem as leis oficiais autênticas dos estados. Para alguns países, esta é a lei publicada (por exemplo, Alemanha), e para outros, a lei assinada (por exemplo, Estados Unidos). A diferença entre um requisito de publicação e um requisito de assinatura foi claramente demonstrada em 2010, quando a Huntington Library, na Califórnia, transferiu para o National Archives and Records Administration dos EUA as Leis de Nuremberg, de 1935, assinadas por Adolf Hitler. No final da Segunda Guerra Mundial, o general norte-americano George Patton recebeu as leis, supostamente encontradas em um cofre de banco alemão por soldados norte-americanos, e as levou à Huntington Library para “protegê-las”. O Bundesarchiv da Alemanha detém as Leis de Nuremberg publicadas, que para a Alemanha são a cópia oficial, enquanto o original assinado não é legalmente significativo. Para os EUA, com sua tradição jurídica, a cópia assinada que agora possui é a que é valorizada.⁸⁹

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Artigo 12

Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques toda a pessoa tem direito à proteção da lei.

O artigo 12 funciona como um elo de ligação entre os primeiros artigos da Declaração, com foco em processos judiciais e proteção, e os artigos posteriores, que tratam de direitos econômicos, sociais e culturais. É um artigo complexo, referindo-se a direitos que vão desde a interferência na correspondência até ataques à honra. A sua natureza “abrangente” foi o resultado de muitos compromissos na redação ou, como escreve Johannes Morsink, “uma das dificuldades com o artigo 12 tinha a ver com o caráter díspar dos direitos em questão e como capturar esse fato em uma boa sentença”.⁹⁰ Além disso, o artigo 12 é formulado de forma negativa (em outras palavras, não diz que as pessoas têm direito à santidade do lar e à privacidade, mas sim que não

⁸⁸ OPEN letter to Spanish judiciary authorities in solidarity with Justice Baltasar Garzon. *International Federation for Human Rights*, 23 mar. 2010. Disponível em: <http://www.fidh.org/Open-letter-to-Spanish-judiciary-authorities-in>. Acesso em: 29 set. 2022.

⁸⁹ FERRIERO, David. *The Nuremberg laws*. Disponível em: <https://aotus.blogs.archives.gov/2010/09/01/the-nuremberg-laws/>. Acesso em: 29 set. 2022.

⁹⁰ MORSINK, *UDHR*, p. 135.

deve haver interferência nesse direito), o que pode ter levado os delegados a adotar a segunda frase, proposta pela URSS, para esclarecer quem é o responsável pelo combate à interferência.

Como este artigo trata especificamente da correspondência, é de particular interesse para os arquivistas. Morsink relata que muitas das constituições do mundo em 1947 tinham declarações sobre a inviolabilidade dos direitos de privacidade, incluindo a inviolabilidade de documentos pessoais. Ele lista Egito, Iraque, Líbano, Bélgica, Dinamarca e Luxemburgo, e cita a Argentina (“o domicílio é inviolável, assim como a correspondência epistolar e os papéis particulares”), a Bolívia (“a correspondência epistolar e os papéis particulares são invioláveis”), a Iugoslávia (“a privacidade das cartas e outros meios de comunicação é inviolável”) e os Estados Unidos (“o direito do povo à segurança pessoal e a de suas casas, papéis e bens”). Observe-se que essas constituições protegem documentos particulares em geral, mas o artigo 12 protege apenas a correspondência (ou seja, conforme definido no *Dictionary of Archival Terminology*, do Conselho Internacional de Arquivos, 2ª edição, “qualquer forma de comunicação endereçada e escrita, enviada e recebida, incluindo cartas, postais, memorandos, notas, telegramas ou cabogramas”), aparentemente omitindo itens como diários e materiais audiovisuais.⁹¹

Atualmente, o elemento de privacidade do artigo 12 é citado em uma enorme variedade de argumentos. O Fundo de População das Nações Unidas usa o artigo 12 para apoiar o direito de decidir o número e espaçamento das gestações de uma pessoa e seu acesso a métodos contraceptivos.⁹² OutRight International cita o artigo 12 ao defender os direitos à privacidade de homossexuais.⁹³ Um resumo de direitos humanos produzido pelo Center for Human Rights and Humanitarian Law da Washington College of Law, sobre testes de virgindade na Turquia, afirma: “O teste de virgindade é uma intrusão substancial na privacidade das mulheres e é realizado no contexto de questionamento da honra e da reputação das mulheres, violando claramente o artigo 12”.⁹⁴ Certamente, se o Wikileaks publicar correspondência privada, seja e-mail ou outra forma, o artigo 12 poderia ser citado em protesto.

A abrangente questão da segurança digital e da privacidade digital afeta a todos nós. Como disse Michelle Bachelet, Alta Comissária para os Direitos Humanos, em um discurso de novembro de 2018, “[Uma] das grandes tarefas para a comunidade de direitos humanos nos próximos anos será garantir a aplicação contínua dos direitos humanos na maneira em que os Estados operam na era digital e na forma como regulam as atividades das empresas no espaço digital”.⁹⁵

⁹¹ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Dictionary of archival terminology*. 2. ed. Munich: K.G. Saur, 1988. (ICA Handbooks Series, v. 7).

⁹² UNITED Nations Population Fund: about us. Disponível em: <https://www.unfpa.org/about-us>. Acesso em: 29 set. 2022.

⁹³ OUTRIGHT action international: privacy and family. Disponível em: <https://www.outrightinternational.org/theme/privacy-and-family>. Acesso em: 29 set. 2022.

⁹⁴ LASCO, Chanté. *Virginity testing in Turkey: a violation of women’s human rights*. Disponível em: <https://digitalcommons.wcl.american.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1457&context=hrbrief>. Acesso em: 29 set. 2022.

⁹⁵ BACHELET, Michelle. *Human rights in a New Era, speech at the University of Geneva*. 14 nov. 2018. Disponível em: <https://www.ohchr.org/SP/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=23874&LangID=E>. Acesso em: 29 set. 2022.

Dada a amplitude das questões envolvidas, são muitos os documentos relevantes para o artigo 12. Documentos de polícia, de tribunais (locais, domésticos, regionais, internacionais) e de entidades militares são, obviamente, centrais, mas também qualquer registro de mídia que mostre alguém sendo difamado ou caluniado em “ataques à sua honra e reputação”. Facebook e outras postagens de mídia social, ensaios, textos em blogs, gravações de programas de rádio de chamadas: esses são apenas alguns dos documentos que podem estar implicados em um caso de “honra e reputação” do artigo 12.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Artigo 13

- 1. Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado.*
- 2. Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país.*

O artigo 13 é o primeiro de três artigos focados nos direitos de circulação, asilo e nacionalidade. A particularidade desses três artigos é que, para exercer os direitos neles definidos, é necessária a participação de dois países: sair de um país ou pedir asilo significa entrar noutro país, e mudar de nacionalidade significa que outra nação deve aceitar o requerente como cidadão. Como muitos dos primeiros doze artigos, o pano de fundo dos artigos 13-15 pode ser encontrado na experiência da Segunda Guerra Mundial na Alemanha, quando a capacidade de sair e ser aceito em outro lugar era literalmente uma questão de vida ou morte.

Os dois parágrafos do artigo 13, o primeiro com foco na movimentação em um país e o segundo na circulação entre países, começaram como artigos separados, mas foram combinados durante o processo de redação. Por três vezes a URSS propôs acrescentar ao direito de deixar o país a frase “de acordo com as leis estabelecidas do país”; proposição sempre derrotada. O Líbano propôs que o direito de sair incluísse o direito de retorno, o que foi adotado, com a Grécia, as Filipinas e os Estados Unidos pronunciando-se a favor.⁹⁶ Redigido durante o período em que os palestinos estavam fugindo do novo Estado de Israel, esse artigo, em especial a cláusula de retorno, foi certamente influenciado por esse movimento de refugiados em massa.

As questões de liberdade de movimentação e direito de retorno estão incorporadas no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos da ONU (adotado em 1966 e em vigor a partir de 1976) e estão refletidas em vários outros pactos internacionais. Uma importante declaração sobre a liberdade de movimentação foi adotada pelo Comitê de Direitos Humanos da ONU em

⁹⁶ MORSINK, *UDHR*, p. 72-75.

1999,⁹⁷ e em um acordo pioneiro, essa liberdade foi estendida a várias fronteiras nacionais no Acordo de Schengen da União Europeia (1985) e na Convenção de mesmo nome (1990).⁹⁸

Desde que a Declaração foi adotada, o artigo tem sido citado em apoio a causas tão variadas como o direito de manter estilos de vida pastoris⁹⁹ e a oposição ao tráfico de pessoas.¹⁰⁰ Ele esteve presente em discussões sobre o sistema de passe sul-africano durante o *apartheid*¹⁰¹ e sobre as famílias cubanas separadas entre Havana e Miami.¹⁰² Foi usado para defender o direito dos judeus que, a partir da década de 1960, tiveram negado o direito geral de emigrar da URSS para Israel.¹⁰³ Isso se tornará uma questão importante, pois as mudanças climáticas forçarão as pessoas a deixarem as áreas baixas, como as Maldivas e as Ilhas Marshall. Consequentemente, os documentos relativos a esse artigo podem ser encontrados em muitos e diferentes arquivos.

No âmbito internacional, os registros de movimentação estão nos arquivos do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina, da Organização Internacional para as Migrações e de órgãos regionais como a União Europeia e o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. Nos níveis de governo nacional, a polícia, as unidades de controle de fronteiras, os serviços de imigração, os tribunais e ministérios das Relações Exteriores possuem registros. E no mundo não governamental, as ONGs com foco em direitos humanos e refugiados possuem documentos importantes, assim como aquelas voltadas para um determinado país. Em casos específicos, como, por exemplo, quando especialistas acadêmicos não são autorizados a assumir cargos de ensino e a realizar palestras no exterior, associações acadêmicas também podem ter documentos. À medida que pessoas do mundo migram, tornam-se refugiadas, contrabandeam ou são contrabandeadas através das fronteiras, são traficadas, são deslocadas dentro de seu próprio país ou expulsas dele, buscam asilo e migram para estudar ou trabalhar, mais e mais registros de movimentação e retorno inundarão os arquivos. É um dever contínuo dos arquivistas garantir que esses documentos sejam avaliados e preservados para proteger os direitos humanos e descritos para que possam ser usados.

⁹⁷ Disponível em: <https://press.un.org/fr/1999/19990407.dh247.html>. Acesso em: 29 set. 2022.

⁹⁸ Disponível em: <https://www.schengenvisainfo.com/schengen-agreement/>. Acesso em: 29 set. 2022.

⁹⁹ UNITED ORGANISATION FOR BATWA DEVELOPMENT IN UGANDA et al. *Indigenous peoples in Uganda: a review of the human rights situation of the Batwa People, the Benet People and Pastoralist communities*, submitted to the 55th session of the United Nations Committee on Economic, Social and Cultural Rights. maio 2015. Disponível em: <http://www.forestpeoples.org/sites/fpp/files/publication/2015/05/080515-alternative-ngo-report-cescr-uganda.pdf>. Acesso em: 29 set. 2022.

¹⁰⁰ HUMAN RIGHTS WATCH. *Thailand: trafficking convictions important step forward*. 24 jul. 2017. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2017/07/24/thailand-trafficking-convictions-important-step-forward>. Acesso em: 29 set. 2022.

¹⁰¹ Disponível em: <http://overcomingapartheid.msu.edu/multimedia.php?id=65-259-3>. Acesso em: 29 set. 2022.

¹⁰² HUMAN RIGHTS WATCH. *Families torn apart: the high cost of U.S. and Cuban travel restrictions*. 18 out. 2005. Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2005/10/18/families-torn-apart/high-cost-us-and-cuban-travel-restrictions>. Acesso em: 29 set. 2022.

¹⁰³ FELDMAN, David. Toward a history of the term anti-semitism. *American Historical Review*, out. 2018, p. 1148.

Artigo 14

1. *Toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países.*
2. *Este direito não pode, porém, ser invocado no caso de processo realmente existente por crime de direito comum ou por atividades contrárias aos fins e aos princípios das Nações Unidas.*

Dois fantasmas pairavam sobre o debate a respeito do rascunho do artigo 14: os judeus que fugiram da Alemanha nazista e os árabes palestinos que fugiram da Palestina durante a guerra árabe-israelense de 1948. Esses fantasmas enfrentaram os defensores da soberania nacional, que enfatizaram o direito de os Estados determinarem quem reside dentro de suas fronteiras. Embora o direito geral de solicitar asilo tenha sido facilmente aceito pelos redatores da Declaração, a questão era sobre o direito de receber asilo, e nesse ponto os delegados discordaram fortemente. Ao final, o Reino Unido propôs a expressão “de procurar e de beneficiar”, deixando claro o delegado do Reino Unido que “a intenção não era conceder a uma pessoa que fugia da perseguição o direito de entrar em todo e qualquer país, mas garantir-lhe o gozo do direito de asilo uma vez que esse direito lhe tivesse sido concedido”. Após debate e derrota da expressão “concedido”, a proposta britânica foi aprovada.¹⁰⁴

A segunda cláusula, que impede a garantia de asilo para criminosos de guerra e criminosos comuns, era vista na época como o direito dos Estados de não extraditar certas pessoas.¹⁰⁵ Essa cláusula foi adotada com muito menos debate do que a primeira. Hoje, no entanto, o parágrafo está em jogo quando, por exemplo, o ex-primeiro-ministro fugitivo da Macedônia, condenado a dois anos de prisão por corrupção, apareceu na Hungria e lhe foi concedido “asilo político”.¹⁰⁶

O representante da Organização Internacional de Refugiados criticou a linguagem fraca do artigo 14, assim como os representantes do Congresso Judaico Mundial e da International Union of Women’s Catholic Organizations [União Mundial de Organizações Femininas Católicas]. Em 1951, as Nações Unidas adotaram a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados (e posteriormente o Protocolo de 1967), que define um refugiado como uma pessoa que, “temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, encontra-se fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele”. Em 2016, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Declaração de Nova York para Refugiados e

¹⁰⁴ MORSINK, UDHR, p. 75-79.

¹⁰⁵ KAPFERER, Sibylle. Article 14(2) of the Universal Declaration of Human Rights and Exclusion from International Refugee Protection. *Refugees Survey Quarterly*, v. 27, n. 3, p. 53-75, 1 jan. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/rsg/hdn045>. Acesso em: 29 set. 2022.

¹⁰⁶ FORONDI, Pablo; TESTORIDES, Konstantin. Macedonia's fugitive ex-PM says granted asylum in Hungary. *AP*, 20 nov. 2018. Disponível em: <https://apnews.com/article/immigration-macedonia-europe-fugitives-viktor-orban-14572e87176f4bb98971a7cd77201ff3>. Acesso em: 29 set. 2022.

Migrantes,¹⁰⁷ e em 2018 propôs um pacto global sobre refugiados¹⁰⁸ e um pacto global para migração segura, ordenada e regular.¹⁰⁹

No final de 2018, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados informou que cerca de 25,4 milhões de pessoas eram refugiadas (dos quais cerca de 5,4 milhões eram refugiados palestinos), outros 40 milhões estavam deslocados dentro de seus próprios países e outros 3,1 milhões estavam buscando asilo no exterior.¹¹⁰

Os registros de solicitantes de asilo são abundantes. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados tem seus arquivos em Genebra, assim como a Organização Internacional para as Migrações; aqueles da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo estão com a Agência; os registros do escritório de refugiados da Liga das Nações estão nos arquivos da Liga em Genebra; os registros da Organização Internacional de Refugiados estão nos Arquivos Nacionais da França. A maioria dos governos possui registros de pedidos de refúgio, bem como documentos legais sobre a determinação do status de refugiado. Muitas ONGs se especializam no trabalho com refugiados, incluindo a representação legal de solicitantes de asilo; o Comitê Internacional da Cruz Vermelha é proeminente em assuntos de refugiados, assim como as organizações da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho em muitos países, todos têm documentos. Organismos religiosos possuem documentos dos solicitantes de refúgio que patrocinam, e algumas instituições educacionais também detêm arquivos. A persistência do problema dos refugiados e as controvérsias em torno do asilo estão, infelizmente, muito presentes e resultam em conjuntos de documentos muito substanciais em quase todos os lugares.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Artigo 15

- 1. Todo o indivíduo tem direito a ter uma nacionalidade.*
- 2. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua nacionalidade nem do direito de mudar de nacionalidade.*

A Europa em 1948 cambaleou sob o fardo de refugiados e pessoas deslocadas. No final de setembro de 1945, cerca de 1,8 milhão de pessoas na Europa estavam deslocadas, e muitas delas eram apátridas. A Europa já havia conhecido a apatridia antes – tantos foram deslocados no final da Primeira Guerra Mundial que, em 1921, a Liga das Nações criou um “Alto Comissário

¹⁰⁷ Disponível em: <https://www.unhcr.org/57e39d987>. Acesso em: 29 set. 2022.

¹⁰⁸ Disponível em: <https://www.unhcr.org/5b6d574a7>. Acesso em: 29 set. 2022.

¹⁰⁹ Disponível em: <https://www.un.org/pga/72/wp-content/uploads/sites/51/2018/07/migration.pdf>. Acesso em: 29 set. 2022.

¹¹⁰ Disponível em: <https://www.unhcr.org/figures-at-a-glance.html>. Acesso em: 29 set. 2022.

em nome da Liga das Nações” para lidar com questões de refugiados. Fridtjof Nansen, da Noruega, que foi nomeado Alto Comissário, criou um novo documento conhecido como “passaporte Nansen” para emitir aos apátridas como um certificado de identidade e status. A Liga das Nações entrou em colapso à medida que a Segunda Guerra Mundial se aproximava e, em 1947, as Nações Unidas criaram a Organização Internacional de Refugiados (IRO) para ajudar os refugiados europeus e providenciar seu reassentamento. Consequentemente, no momento em que a Declaração Universal estava sendo redigida, o problema dos refugiados e apátridas tinha uma história nas Nações Unidas. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) substituiu o IRO em 1951 e, finalmente, seu mandato se expandiu para ajudar os refugiados e deslocados internos onde quer que estejam, não apenas na Europa, excluindo os refugiados palestinos que vivem na Jordânia, Líbano, Síria, Cisjordânia e Gaza.¹¹¹

As discussões sobre a redação do artigo 15 foram muito menos acaloradas do que aquelas sobre algumas das outras disposições. O maior debate se concentrou na palavra “arbitrariamente” no segundo parágrafo; como apontou René Cassin, da França, “arbitrário” pode significar tanto que “ninguém pode ser privado de nacionalidade contrariamente às leis existentes” como “essas próprias leis não devem ser arbitrárias”. Depois de alguns debates, os delegados deixaram a palavra sem definição.¹¹²

Como o artigo 15 era uma declaração geral, os delegados discutiram uma proposta de convenção para definir sua implementação. De fato, as Nações Unidas acabaram adotando duas: a Convenção de 1954 sobre o Estatuto dos Apátridas e a Convenção das Nações Unidas de 1961 sobre a Redução dos Casos de Apatridia.¹¹³ A Convenção de 1954 definiu um apátrida como “toda pessoa que não seja considerada seu nacional por nenhum Estado, conforme sua legislação”. E para garantir que as mulheres tivessem nacionalidade, reconhecendo que em alguns Estados elas perderam ou adquiriram sua nacionalidade “em virtude do casamento, da dissolução deste ou da mudança de nacionalidade do marido durante o casamento”, a ONU adotou uma Convenção sobre a Nacionalidade da Mulher Casada (1957, em vigor em 1958).¹¹⁴ Em maio de 2010, o ACNUR convocou uma reunião de especialistas em Prato, Itália, sobre “O Conceito de Apátrida à luz do Direito Internacional”, que produziu as *Conclusões de Prato*, elucidando a definição de apatridia.¹¹⁵ Após essa reunião, a Open Society Justice Initiative

¹¹¹ ACNUR é responsável por refugiados palestinos vivendo em todos os outros países.

¹¹² WYMAN, Mark. *DPs: Europe’s Displaced Persons, 1945-1951*. Associated University Presses, 1989, p. 36-37; MORSINK, *UDHR*, p. 80-83.

¹¹³ Disponível em: <https://www.unhcr.org/rs/wp-content/uploads/sites/40/2021/04/54ConventionStatelessnessENG.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022; https://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/conventions/6_1_1961.pdf. Acesso em: 10 out. 2022. Para as promulgações pelo Brasil, ver a de 1954 em [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4246.htm#:~:text=\(ECOSOC\)%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas%2C,26%20de%20Abril%20de%201954.&text=1.,nenhum%20Estado%2C%20conforme%20sua%20legisla%C3%A7%C3%A3o.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4246.htm#:~:text=(ECOSOC)%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas%2C,26%20de%20Abril%20de%201954.&text=1.,nenhum%20Estado%2C%20conforme%20sua%20legisla%C3%A7%C3%A3o.) Acesso em: 10 out. 2022. Para a de 1961, ver http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8501.htm#:~:text=DECRETA%203A-Art.,%E2%80%9D%2C%20anexa%20a%20este%20Decreto. Acesso em: 10 out. 2022.

¹¹⁴ Disponível em: https://treaties.un.org/doc/Treaties/1958/08/19580811%2001-34%20AM/Ch_XVI_2p.pdf. Acesso em: 10 out. 2022. Para a promulgação pelo Brasil, ver http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D64216.html. Acesso em: 10 out. 2022.

¹¹⁵ Disponível em: <http://www.unhcr.org/4cb2fe326.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

produziu um livro esclarecedor sobre o problema mundial da apatridia, com estudos de caso de mais de uma dúzia de países.¹¹⁶ Hoje, o ACNUR estima que 10 milhões de pessoas são apátridas.¹¹⁷

Muitas questões afetam a apatridia. A falta de registros de nascimento dificulta a defesa da nacionalidade de milhões de pessoas; a ONU promove projetos de registro de nascimento em países com sistemas de registro deficientes. A alteração de fronteiras deixa as pessoas sem documentos de identidade para o país em que agora residem; ver, por exemplo, os salvadorenhos que agora são hondurenhos.¹¹⁸ Os rohingyas de Mianmar (Birmânia) são um caso de apatridia criado politicamente: embora residissem na Birmânia, as autoridades birmanesas consideravam a maioria dos rohingyas 'estrangeiros residentes', não cidadãos, negando-lhes o direito de se registrarem como cidadãos de Mianmar com a designação étnica de rohingya.¹¹⁹

A documentação dos apátridas pode ser encontrada nos arquivos do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados em Genebra, os registros do escritório de refugiados da Liga das Nações estão nos arquivos da Liga, também em Genebra, e os registros da Organização Internacional de Refugiados, nos Arquivos Nacionais da França. Os governos têm os documentos de pedidos de cidadania e registros de revogação de cidadania. Muitas ONGs especializadas no trabalho com refugiados, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, as organizações da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho em muitos países e instituições religiosas também podem ter arquivos relacionados a pessoas que buscam a cidadania. Os escritórios de advocacia e os de assistência jurídica possuem documentos de quem busca a cidadania e daqueles que lutam contra sua revogação. Os registros de nacionais são principalmente registros de nascimento do governo e arquivos de hospitais ou clínicas, se os nascimentos lá ocorreram. Muitas fontes secundárias também podem ajudar a estabelecer a nacionalidade, desde passaportes a registros escolares, impostos e listas de eleitores. Os registros de nacionalidade – sua aquisição e sua perda – são abundantes.

¹¹⁶ BINGHAM, Laura; REDDY, Julia Harrington; KOHN, Sebastian, *De Jure statelessness in the real world: applying the Prato summary conclusions*. Open Society Justice Initiative, mar. 2011. Disponível em: <https://www.opensocietyfoundations.org/reports/de-jure-statelessness-real-world-applying-prato-summary-conclusions>. Acesso em: 10 out. 2022.

¹¹⁷ Disponível em: <https://www.unhcr.org/figures-at-a-glance.html>. Acesso em: 10 out. 2022.

¹¹⁸ ASSOCIATED PRESS. World Court settles border dispute. *New York Times*, 13 set. 1992. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1992/09/13/world/world-court-settles-a-latin-border-dispute.html>. Acesso em: 10 out. 2022.

¹¹⁹ UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. *Rohingya emergency*. Disponível em: <https://www.unhcr.org/en-us/rohingya-emergency.html>. Acesso em: 1 out. 2022; ABDELKADER, Engy. The history of the persecution of Myanmar's Rohingya. *The Conversation*, 20 set. 2017. Disponível em: <http://theconversation.com/the-history-of-the-persecution-of-myanmars-rohingya-84040>. Acesso em: 10 out. 2022.

Artigo 16

- 1. A partir da idade núbil, o homem e a mulher têm o direito de casar e de constituir família, sem restrição alguma de raça, nacionalidade ou religião. Durante o casamento e na altura da sua dissolução, ambos têm direitos iguais.*
- 2. O casamento não pode ser celebrado sem o livre e pleno consentimento dos futuros esposos.*
- 3. A família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção desta e do Estado.*

O artigo 16 foi e é um artigo extremamente controverso. Abrange o direito de se casar fora de sua raça e religião; contempla o divórcio e o direito das mulheres de compartilhar a divisão de bens; opõe-se ao casamento forçado; define família como unidade social “natural” sem especificar quem compõe tal unidade; e exige que os Estados protejam a vida familiar.

Antes da Declaração Universal ser redigida, as Nações Unidas já haviam dado vários passos importantes em relação aos direitos das mulheres que estão declarados no artigo 16. A Carta das Nações Unidas afirmou “igualdade de direitos para homens e mulheres”; a Primeira Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1946, aprovou uma resolução recomendando aos Estados membros que adotassem “medidas necessárias para cumprir os propósitos e objetivos da Carta, concedendo às mulheres os mesmos direitos políticos que aos homens”, e o novo Conselho Econômico e Social da ONU nomeou uma subcomissão sobre a Situação da Mulher, que logo foi elevada à condição de comissão plena. Durante a redação da Declaração, o presidente da Comissão sobre o Status da Mulher, Bodil Begtrup, da Dinamarca, e as delegações soviéticas defenderam consistentemente a igualdade de homens e mulheres e se opuseram a projetos contendo linguagem sexista.

Declarações notáveis foram feitas durante os debates. Shaista Ikramullah,¹²⁰ a mulher extraordinária que representou o Paquistão e foi delegada do Terceiro Comitê da Assembleia Geral sobre questões sociais, humanitárias e culturais (que em 1948 passou 81 reuniões discutindo o rascunho da Declaração Universal dos Direitos Humanos), afirmou que “era imperativo que os povos do mundo reconhecessem a existência de um código de comportamento civilizado que se aplica não apenas às relações internacionais, mas também aos assuntos domésticos”. Embora ela pensasse que direitos iguais não significavam direitos idênticos, ela queria “garantir a proteção das mulheres após o divórcio e a salvaguarda de sua propriedade”. O delegado do Uruguai, Roberto Fontaina, durante o debate sobre a natureza da família, argumentou que a palavra “natural” era desnecessária porque “a família era a unidade grupal fundamental da sociedade e a célula em torno da qual se formava o Estado; a forma como a família se constituía era de importância secundária”, o que pode ser entendido no sentido de que a orientação sexual e a composição dos membros da família são irrelevantes para o direito a ser protegido. Jamil Baroody, o delegado saudita, “enfatizou o fato de que, aparentemente,

¹²⁰ Disponível em: <http://www.un.org/en/events/humanrightsday/women-who-shaped-the-universal-declaration.shtml>. Acesso em: 10 out. 2022.

os autores do projeto de declaração, em sua maior parte, levaram em consideração apenas os padrões reconhecidos pela civilização ocidental”.¹²¹ Todas essas ideias foram confrontadas repetidamente desde que a Declaração foi adotada.

A oposição aos vários projetos do artigo 16 foi ampla, mas dividida, com base no ponto em questão. A menção explícita do divórcio despertou a oposição de vários grupos cristãos, e o debate sobre a natureza da família como unidade social encontrou muitos delegados em desacordo entre si. A delegação da Arábia Saudita se opôs tão profundamente à redação sobre o casamento fora da religião, que esse país acabou se abstendo de aprovar toda a Declaração, com base em sua oposição ao artigo 16.

Após a adoção da DUDH, as Nações Unidas aprovaram uma série de convenções e normas em apoio aos princípios articulados no artigo 16, entre eles a Convenção sobre Consentimento para Casamento, Idade Mínima para Casamento e Registro de Casamentos (1962, em vigor em 1964);¹²² Convenção sobre os Direitos da Criança (1989, em vigor em 1990);¹²³ e a Recomendação sobre Consentimento para Matrimônio, Idade Mínima para Matrimônio e Registro de Matrimônios (1965).¹²⁴ Essas ações formais atestam a contínua preocupação com as questões abordadas no “Artigo do casamento”.

O casamento infantil continua a ser um grande problema em alguns países. No Egito, embora uma lei de 2008 estabeleça 18 anos como a idade legal para o casamento, um relatório de novembro de 2018 asseverou que “117 mil crianças menores de 18 anos no Egito são ou foram casadas, mesmo que o Egito tenha lutado contra o casamento infantil”.¹²⁵ Um relatório de 2015 afirmou que, nas áreas rurais do Egito, os oficiantes de casamentos recebem subornos para falsificar a idade da noiva.¹²⁶ Em Hyderabad, na Índia, “homens ricos dos estados do Golfo” pagam a um corretor para encontrar uma garota “com menos de 18 anos” para casamentos de “passatempo”, que duram apenas enquanto o homem estiver no país. A idade da menina era falsificada na

¹²¹ Todas as citações retiradas de MORSINK, *UDHR*, p. 24-26, 116-125, 254-257.

¹²² Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/MinimumAgeForMarriage.aspx>. Acesso em: 10 out. 2022.

¹²³ Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CRC.aspx>. Acesso em: 21 jun. 2022. Para a promulgação pelo Brasil, ver http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm. Acesso em: 21 jun. 2022.

¹²⁴ Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/RecommendationOnConsentToMarriage.aspx>. Acesso em: 21 jun. 2022. Para a versão em português, ver <http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/recom-casamento.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2022.

¹²⁵ TAWFEEK, Farah. Child marriage in Egypt reaches 117,000 children: CAPMAS. *Egypt Independent*, 21 nov. 2018. Disponível em: <https://www.egyptindependent.com/child-marriage-in-egypt-reaches-117000-children-capmas/>. Acesso em: 10 out. 2022.

¹²⁶ FOUAD, Ahmed. Here comes the . . . child bride? Despite legal restrictions underage marriage persists in rural Egypt. *Al-Monitor*, 26 ago. 2015. Disponível em: <https://www.al-monitor.com/pulse/originals/2015/08/egypt-underage-marriage-wedding-law-officiant-bribery.html>. Acesso em: 10 out. 2022.

certidão de casamento, e “no momento do casamento os homens assinavam documentos de divórcio pré-datados, a serem entregues às noivas após a saída de seus maridos do país”.¹²⁷

Casamentos inter-raciais e inter-religiosos também enfrentam discriminação. Em 2016, o Ministério do Interior do Irã declarou inválidos todos os casamentos entre mulheres iranianas e homens afegãos que ocorreram após 2001.¹²⁸ Na Índia, em 2017, um muçulmano que pretendia se casar com uma mulher hindu no estado de Rajasthan foi “golpeado com um machete, incendiado e queimado vivo”. Os perpetradores filmaram o ataque e postaram o vídeo na internet.¹²⁹

Documentos relativos a casamento são encontrados nas autoridades públicas que certificam e santificam casamentos, geralmente registros civis, e nos registros de instituições religiosas. Documentos de dissolução de casamento são encontrados também em tribunais, civis e religiosos. Documentos de tribunais judiciais também refletem as lutas sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a guarda de filhos e outras batalhas conjugais, enquanto os serviços de imigração guardam registros de separações e reuniões de famílias. Organizações não governamentais com foco em direitos humanos, escritórios de advocacia e de assistência jurídica detêm registros tanto de padrões gerais de vida familiar quanto de casos particulares. Agências de adoção e departamentos de bem-estar infantil têm documentos sobre as famílias. Organizações de notícias e jornalistas que cobrem questões de família têm arquivos relevantes. Arquivos pessoais geralmente contêm cópias de certidões de casamento, certidões de nascimento e outros documentos da vida familiar. Assim como o artigo 16 declara a família “elemento natural e fundamental da sociedade”, os registros da vida familiar são parte natural e fundamental dos arquivos, a serem ali protegidos.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Artigo 17

1. *Toda a pessoa, individual ou coletiva, tem direito à propriedade.*
2. *Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua propriedade.*

De acordo com Johannes Morsink, as discussões sobre o artigo 17 “foram algumas das mais abertamente filosóficas em que os redatores se engajaram”.¹³⁰ Os redatores distinguiram três

¹²⁷ SRIVASTAVA, Roli. Indian child brides sold in 'package deals' to men from Gulf states. *Thomson Reuters Foundation*, 10 out. 2017. Disponível em: <http://news.trust.org/item/20171010114553-kz0cq/>. Acesso em: 10 out. 2022.

¹²⁸ ALIKARAMI, Leila. Iran's political paranoia includes children of foreign fathers. *Al-Monitor*, 5 dez. 2016. Disponível em: <http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2016/12/iranian-mothers-foreign-fathers-children-citizenship-law.html#ixzz5Z1XdbWRp>. Acesso em: 10 out. 2022.

¹²⁹ VASHISHTHA, Akash. Caught on video, Muslim's gory slaying angers Indians. *Benar News*, 10 dez. 2017. Disponível em: http://www.eurasiareview.com/10122017-caught-on-video-muslims-gory-slaying-angers-indians/?utm_source=feedburner&utm_medium=email&utm_campaign=Feed%3A+eurasiareview%2FVsnE+%28Eurasia+Review%29. Acesso em: 10 out. 2022.

¹³⁰ MORSINK, *UDHR*, p. 140; todas as citações são das p. 139-156.

tipos de propriedade: bens pessoais, incluindo aqueles que são essenciais para a vida (como móveis domésticos, utensílios e artigos de uso pessoal); propriedade real (terra); e empresas com fins lucrativos (os modos e meios de produção). (A questão das pessoas como propriedade foi tratada separadamente no artigo 4.) Com o começo da Guerra Fria, os redatores tentaram abranger linguisticamente os direitos à propriedade, fosse a pessoa parte de uma sociedade capitalista, socialista, comunista ou de sistema econômico misto. O resultado foi uma das redações mais simples e discutidas da Declaração.

Desde a aprovação da Declaração, as Nações Unidas abordaram repetidamente questões de propriedade. A Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat I), realizada em Vancouver, Canadá, em 1976, afirmou explicitamente que as políticas e estratégias de assentamentos humanos “devem estar em conformidade com a declaração de princípios [da conferência] e a Declaração Universal dos Direitos Humanos”, incorporando assim o direito à propriedade.¹³¹ A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (sigla em inglês, CEDAW), adotada em 1979, destacou o direito das mulheres de herdar e possuir propriedades e demandou o direito das mulheres rurais à igualdade de tratamento na terra.¹³² O direito dos povos indígenas às suas terras está incluído na Declaração das Nações Unidas de 2007 sobre os Direitos dos Povos Indígenas.¹³³ Para um estudo comparativo interessante dos direitos de propriedade física e dos direitos de propriedade intelectual (assunto de outros artigos da Declaração), veja o *International Property Rights Index* [Índice Internacional de Direitos de Propriedade], desenvolvido pela Property Rights Alliance em parceria com 62 outras instituições ao redor do mundo.¹³⁴

E, no entanto, o direito à propriedade, seja da terra ou de obra de arte, continua sendo uma das questões mais contestadas, nacional e internacionalmente. Um banco de dados de mais de meio milhão de bens perdidos por vítimas do Holocausto foi aberto pela Holocaust Era Asset Restitution Taskforce [Força-Tarefa de Restituição de Ativos da Era do Holocausto] (Projeto HEART). A lista era, segundo o *New York Times*, “compilada de centenas de arquivos europeus, incluindo documentos fiscais e registros de eleitores”.¹³⁵ O direito de uma mulher de possuir propriedade ou controlá-la, mesmo que o título da propriedade esteja em seu nome, tem sido historicamente controverso em muitos lugares. Em alguns países, classes de pessoas foram impedidas de possuir propriedades. Os povos indígenas lutam pelos direitos de propriedade em muitas nações. A recuperação ou compensação justa por propriedade, seja terra, bens pessoais ou negócios, aparece em reivindicações tão variadas quanto a compensação aos asiáticos de

¹³¹ Disponível em: https://mirror.unhabitat.org/downloads/docs/The_Vancouver_Declaration.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

¹³² Disponível em: <https://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/cedaw.htm>. Acesso em: 1 out. 2022.

¹³³ Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/indigenous-peoples/un-declaration-rights-indigenous-peoples>. Acesso em: 10 out. 2022. Para a versão em português, ver https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf. Acesso em: 28 jun. 2022.

¹³⁴ Disponível em: <https://www.internationalpropertyrightsindex.org/>. Acesso em: 10 out. 2022.

¹³⁵ KERSHNER, Isabel. Property lost in the Holocaust is catalogued on line. *New York Times*, 2 maio 2011. Disponível em: http://www.nytimes.com/2011/05/03/world/middleeast/03holocaust.html?_r=1. Acesso em: 10 out. 2022.

Uganda deportados por Idi Amin em 1972¹³⁶ e a questão de quem é o proprietário do material judaico encontrado no porão do quartel-general da polícia em Bagdá.¹³⁷ O problema de quem possui propriedade na Síria pós-conflito e os meios pelos quais a restituição de propriedade será alcançada é extremamente complexo, até porque a “destruição (muitas vezes intencional) de registros de propriedade e as evacuações forçadas deixaram muitos sírios desprovidos de provas adequadas”.¹³⁸

Os arquivos relacionados à propriedade são alguns dos mais antigos e frequentemente mais bem preservados de todos os registros. Como escreveu Ernst Posner em seu magistral *Archives in the Ancient World*, desde a antiga Mesopotâmia até o presente, temos levantamentos fundiários (cadastros), documentos de terras que estabelecem a propriedade legal e registros de obrigações fiscais devido à propriedade de imóveis.¹³⁹ A necessidade de provar a propriedade da terra foi um fator na criação de arquivos reais nos estados europeus na Idade Média, e o princípio arquivístico central da proveniência¹⁴⁰ deriva em parte da necessidade de saber com certeza qual órgão havia criado o registro da propriedade do imóvel. Nos arquivos modernos, os documentos de registros de terras e de cartórios apoiam pesquisas para sustentar reivindicações de direitos de propriedade, assim como documentos de herança (incluindo registros de nascimento e casamento). Muitos países têm programas para digitalizar documentos de registro de terras, cabendo aos arquivistas a atribuição de preservar os registros em papel e eletrônicos para as mesmas transações, a menos que o país tenha aceitado a cópia eletrônica como legalmente válida.

Registros de tribunais documentam as muitas disputas sobre propriedade, e comissões de compensação, uma característica de alguns sistemas de justiça de transição, são uma fonte fundamental de informação sobre propriedades de todos os tipos. Muitas organizações não governamentais de direitos civis e instituições protetivas têm documentos relacionados a casos de propriedade, assim como escritórios de advocacia que trabalham mediante recebimento de honorários ou *pro bono*. E as instituições internacionais, particularmente os órgãos das Nações Unidas, têm documentos relativos tanto a questões gerais de direitos de propriedade quanto a casos específicos, como os registros do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados sobre a compensação para os asiáticos de Uganda. Documentos de posse e de desapropriação estão no cerne dos arquivos.

¹³⁶ GHOSH, Palash. Uganda: Forty years after Idi Amin expelled the Asians. *International Business Times*, 8 jun. 2012. Disponível em: <https://www.ibtimes.com/uganda-forty-years-after-idi-amin-expelled-asians-739228>. Acesso em: 10 out. 2022.

¹³⁷ FOX, Sandi. Who owns the Jewish treasures that were hidden in Saddam Hussein’s basement? *PBS Newshour*, 29 abr. 2014. Disponível em: <https://www.pbs.org/newshour/world/stolen-treasures-iraqi-jewish-community>. Acesso em: 10 out. 2022.

¹³⁸ SYRIA JUSTICE AND ACCOUNTABILITY CENTRE. *Return is a dream: options for post-conflict property restitution in Syria*. Washington, DC, 2018, p. 13. Disponível em: <https://syriaaccountability.org/content/files/2022/04/Property-Restitution-Report-Final-Web-1--4-.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

¹³⁹ POSNER, Ernst. *Archives in the ancient world*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1972.

¹⁴⁰ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, *Dictionary*, op. cit.

Artigo 18

Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos.

O artigo 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma: “Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma”, incluindo qualquer distinção religiosa. O artigo 18 amplia o direito à liberdade religiosa, afirmando que todas as pessoas têm direito à liberdade de pensamento, consciência e religião, incluindo o direito de se reunir para fins religiosos e de ensinar sobre crenças. De início, o rascunho do que agora é o artigo 18 dizia simplesmente: “Haverá liberdade de consciência e crença e de culto privado e público”. No entanto, durante o processo de redação, os delegados se depararam com muitas perguntas: As pessoas têm o direito de não acreditar em nada? Existe o direito de não ser obrigado a participar de um ato religioso ou a declarar opiniões religiosas? E o proselitismo? O delegado da URSS argumentou que as pessoas devem ter o direito de não acreditar, mas este “artigo deve garantir a liberdade de consciência não apenas para a prática da religião, mas também para a propaganda antirreligiosa”. A delegação da Arábia Saudita opôs-se veementemente à inclusão do direito de mudar de filiação religiosa, e este artigo, juntamente com o artigo 16, que inclui o direito de uma pessoa de se casar com qualquer pessoa de qualquer religião, levou a delegação saudita a se abster quando a Declaração foi posta em votação final. (Seis nações comunistas também se abstiveram, mas suas objeções foram principalmente sobre a questão do papel do Estado.)¹⁴¹

Dada a sensibilidade do assunto da prática religiosa, não é surpresa que os órgãos internacionais tenham retornado ao tema repetidamente desde que a Declaração foi adotada. Tanto o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos quanto o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais incluem declarações sobre a liberdade de religião.

Então, em sua declaração mais abrangente sobre liberdade religiosa, a Assembleia Geral da ONU, em 1981, adotou a Declaração da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação Baseadas em Religião ou Convicção. Essa Declaração diz, ousadamente, em seu artigo 3:

A discriminação entre os seres humanos por motivos de religião ou de convicções constitui uma ofensa à dignidade humana e uma negação dos princípios da Carta das Nações Unidas, deve ser condenada como uma violação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais proclamados na Declaração Universal de Direitos Humanos e enunciados detalhadamente nos pactos internacionais de direitos

¹⁴¹ MORSINK, *UDHR*, p. 21-28, 258-263.

humanos, e como um obstáculo para as relações amistosas e pacíficas entre as nações.

Outra das principais contribuições dessa Declaração foi o seu artigo 5, que delinea os direitos de pais e filhos no que diz respeito à prática religiosa.

Em 1993, o Comitê de Direitos Humanos da ONU, o órgão do tratado que supervisiona os pactos, esclareceu a linguagem ainda ambígua sobre os não crentes, afirmando que o Pacto protege “crenças teístas, não-teístas e ateístas, bem como o direito de não professar qualquer religião ou crença”. O Comitê comentou que, se houver uma religião estatal ou ideologia oficial que englobe um conjunto de crenças, isso “não deve resultar em qualquer prejuízo” ou discriminação contra os “adeptos de outras religiões ou não crentes”. Além disso, o direito à objeção de consciência e o direito de recusar o serviço militar por causa de crenças religiosas é um direito que “pode ser derivado do artigo 18”, declarou o Comitê.¹⁴²

As Nações Unidas também consideraram a relação entre práticas religiosas e populações minoritárias. A Declaração das Nações Unidas de 1992 sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas ou Linguísticas destacou o direito das minorias “de professar e praticar sua própria religião” (artigo 2) e declarou que “os Estados devem proteger a existência e o patrimônio nacional ou étnico, identidade cultural, religiosa e linguística das minorias em seus respectivos territórios e deve incentivar as condições para a promoção dessa identidade” (artigo 1).¹⁴³ Isto foi seguido em 2007 pela Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, que tem repetidas referências à liberdade religiosa, especialmente no artigo 12: “Os povos indígenas têm o direito de manifestar, praticar, desenvolver e ensinar suas tradições, costumes e cerimônias espirituais e religiosas; de manter e proteger seus lugares religiosos e culturais e de ter acesso a estes de forma privada; de utilizar e dispor de seus objetos de culto e de obter a repatriação de seus restos humanos.”¹⁴⁴

Os direitos das mulheres em práticas religiosas também têm sido uma questão recorrente. Em 2000, o Comitê de Direitos Humanos emitiu o Comentário Geral 28 sobre a igualdade de direitos entre homens e mulheres, que afirmava: “Os Estados Partes devem assegurar que as atitudes tradicionais, religiosas ou culturais não sejam utilizadas para justificar violações do direito da mulher à igualdade perante a lei e ao desfrute em condições de igualdade de todos os direitos previstos no Pacto.”¹⁴⁵

¹⁴² UN Human Rights Committee (HRC). *CCPR General Comment No. 22: Article 18 (Freedom of Thought, Conscience or Religion)*. 30 jul. 1993. (CCPR/C/21/Rev.1/Add.4). Disponível em: <https://www.refworld.org/docid/453883fb22.html>. Acesso em: 10 out. 2022.

¹⁴³ Disponível em: https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Minorities/Booklet_Minorities_English.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

¹⁴⁴ Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/Issues/IPeoples/Pages/Declaration.aspx> Acesso em: 29 jun. 2022. Para a versão em português, ver [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao das Nacoes Unidas sobre os Direitos dos Povos Indigenas.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao%20das%20Nacoes%20Unidas%20sobre%20os%20Direitos%20dos%20Povos%20Indigenas.pdf). Acesso em: 29 jun. 2022.

¹⁴⁵ Disponível em: <http://www.unhcr.ch/tbs/doc.nsf/>. Acesso em: 1 out. 2022. Para a versão em português, ver <http://acnudh.org/wp-content/uploads/2011/06/Compilation-of-HR-instruments-and-general-comments-2009-PDHJTimor-Leste-portugues.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2022.

A natureza universal da prática religiosa indica que uma enorme variedade de documentos se relaciona com os direitos consagrados no artigo 18. Os documentos de instituições religiosas de todos os tipos são fundamentais, incluindo registros de tribunais religiosos. Além disso, os documentos legislativos (por exemplo, os debates franceses sobre mulheres muçulmanas usando véus),¹⁴⁶ de tribunais, de polícia, de registros civis e cartórios, de organizações não governamentais que defendem os direitos humanos, de organizações de mulheres e de povos indígenas e de corporações de mídia têm registros sobre o exercício ou proibição da liberdade religiosa. E, como sempre, os arquivos privados dos indivíduos envolvidos na questão contêm informações únicas. Documentos de antropólogos, encontrados em arquivos universitários, podem conter informações sobre práticas religiosas e materiais audiovisuais de eventos coletados durante o trabalho de campo, mas cuja divulgação seria ofensiva para a cultura em questão.¹⁴⁷ Os arquivistas podem supor que os arquivos que administram terão alguns materiais relacionados com os princípios sensíveis do artigo 18.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Artigo 19

Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.

Antes de partir para bombardear o centro de Oslo, na Noruega, e assassinar pessoas na ilha de Utoya em 22 de julho de 2011, Anders Behring Breivik postou na internet um manifesto de 1.500 páginas e um vídeo de 12 minutos cheio de discurso de ódio. Ele poderia fazê-lo? O discurso de ódio se enquadra na proteção do artigo 19?

Quando os redatores da Declaração trabalharam no artigo 19, eles lutaram com essa questão. Seu quadro de referência era a Segunda Guerra Mundial, e como disse Alexandre Bogomolov, delegado da URSS: “Entre a propaganda racial hitlerista e qualquer outra propaganda destinada a incitar o ódio racial, nacional ou religioso, e a incitação à guerra, houve apenas um pequeno passo.” Certamente, alguns delegados argumentaram, os governos deveriam ser autorizados, nas palavras da delegação britânica, a tomar “medidas contra publicações cujo único objetivo era destruir os direitos e a liberdade que é o propósito da [Declaração] estabelecer”. Mas outros

¹⁴⁶ French Senate backs headscarf ban. *BBC News*, 3 mar. 2004. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/3531151.stm>. Acesso em: 10 out. 2022. Em 2018, o Comitê de Direitos Humanos da ONU considerou que a proibição da França de véus faciais completos (niqab) “prejudicou desproporcionalmente o direito dos petionários de manifestar suas crenças religiosas”: UN condemns French ban on full-face veils as violation of human rights, *France 24*, 23 out. 2018. Disponível em: <https://www.france24.com/en/20181023-france-un-ban-full-veil-human-rights>. Acesso em: 10 out. 2022.

¹⁴⁷ RYAN, Ellen M. *Identifying culturally sensitive American Indian material in a non-tribal institution*. Society of American Archivists, set. 2014. (SAA Case Studies in Archival Ethics). Disponível em: https://www2.archivists.org/sites/all/files/AmericanIndianMaterial_CEPC-CaseStudy3.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

delegados alegaram que os horrores da Segunda Guerra Mundial resultavam em parte do isolamento dos povos das opiniões do mundo exterior e, portanto, o discurso irrestrito era um remédio parcial. No final das contas, os redatores decidiram não dar nenhuma redação restritiva ao artigo 19, mas apontaram para uma redação protetiva no artigo 7º (“Todos têm direito a proteção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação”) e no artigo 29, parágrafo 2º (“No exercício deste direito e no gozo destas liberdades, ninguém está sujeito senão às limitações estabelecidas pela lei com vista exclusivamente a promover o reconhecimento e o respeito dos direitos e liberdades dos outros e a fim de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar geral numa sociedade democrática”). Em outras palavras, os delegados não condenaram o discurso de ódio em si, mas afirmaram que todas as pessoas têm o direito de serem protegidas contra tal discurso.¹⁴⁸

A adoção da Declaração Universal não acalmou o debate, e o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos incluiu em seu artigo 19 um terceiro elemento, afirmando que o exercício do direito à liberdade de expressão “implicará deveres e responsabilidades especiais. Em consequência, poderá estar sujeito a certas restrições, que devem, entretanto, ser expressamente previstas em lei e que se façam necessárias para: a) assegurar o respeito dos direitos e da reputação das demais pessoas; b) proteger a segurança nacional, a ordem, a saúde ou moral públicas”. Prosseguiu, no artigo 20, estendendo essa proibição: “1. Será proibida por lei qualquer propaganda em favor da guerra. 2. Será proibida por lei qualquer apologia do ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitamento à discriminação, à hostilidade ou à violência.”¹⁴⁹

Com o crescimento do uso das tecnologias da informação, o debate foi retomado com um novo foco. Em 1999, o Relator Especial da ONU para Liberdade de Opinião e Expressão, o Representante da OSCE [Organization for Security and Co-operation in Europe] para Liberdade de Mídia e o Relator Especial da OEA [Organização dos Estados Americanos] para Liberdade de Expressão emitiram uma Declaração Conjunta sobre Mecanismos Internacionais de Promoção da Liberdade de Expressão. A Declaração de Genebra de 2003 da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação considerou a aplicabilidade do artigo 19 ao mundo da computação.¹⁵⁰ E em 21 de julho de 2011, o Comitê de Direitos Humanos da ONU emitiu um novo “Comentário Geral Nº 34” sobre o artigo 19.¹⁵¹

Os casos relacionados à liberdade de expressão são abundantes. Por exemplo, a política de defesa nacional da Lituânia proíbe “especulação irresponsável que coloque o financiamento da defesa em oposição a outras áreas sensíveis”, impedindo os lituanos de falar sobre despesas de

¹⁴⁸ MORSINK, *UDHR*, p. 58-72.

¹⁴⁹ Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CCPR.aspx>. Acesso em: 1 out. 2022. Para a promulgação pelo Brasil, ver http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0592.htm. Acesso em: 30 jun. 2022.

¹⁵⁰ Para uma útil comparação entre a Declaração de Genebra e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, ver CORREDOIRA, Loreto. A new reading of Article 19 of the Universal Declaration of Human Rights (1948) in *Our Information Societies*. Disponível em: http://e-television.es/e-tv-docs/doc_download/8-a-new-reading-of-article-19-of-the-universal-declaration-of-human-rights-1948-. Acesso em: ----.

¹⁵¹ Disponível em: <http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrc/docs/GC34.pdf>. Acesso em: 4 out. 2022.

defesa a menos que apoiem o ponto de vista oficial.¹⁵² O relatório de 2018 da Independent International Fact-Finding Mission on Myanmar [Missão Internacional Independente de Apuração dos Fatos em Mianmar], depois de observar o uso do Facebook para incitar a violência contra a comunidade rohingya, recomendou que “as plataformas de mídia social ativas em Mianmar, incluindo sistemas de mensagens, aumentem sua capacidade de combater o uso de suas plataformas para a disseminação de ameaças e a incitação à violência, hostilidade e discriminação”.¹⁵³ Para uma visão geral da ampla variedade de questões atuais relacionadas à liberdade de expressão e informação, consulte o site da organização não governamental apropriadamente denominada Artigo 19.¹⁵⁴

E os arquivos e o artigo 19? É difícil pensar em um arquivo que não detenha documentos relevantes. Documentos de tribunais, polícia, órgãos legislativos, partidos políticos, mídia, organizações não governamentais, sindicatos e entidades trabalhistas e grupos religiosos têm informações sobre o exercício dos direitos do artigo 19. As empresas também podem ter registros sobre liberdade de expressão; por exemplo, em 2010, o site Craigslist foi pressionado a controlar as postagens de anúncios de sexo, e vários países proibiram videogames violentos, tanto antes quanto depois dos ataques de Oslo. Arquivos privados mostram os direitos à liberdade de expressão; alguns ativistas levam seus documentos pessoais para outro país para evitar apreensão. Arquivos – sua existência e seu uso – são artigo 19.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Artigo 20

1. *Toda a pessoa tem direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas.*
2. *Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.*

Em 17 de dezembro de 2010, Mohamed Bouazizi, um vendedor ambulante tunisiano, ateou fogo em si mesmo em desespero e para protestar contra a forma como era tratado pelas autoridades. Isso provocou protestos em todo o país e, em 14 de janeiro de 2011, Zine El Abidine Ben Ali, o antigo presidente da Tunísia por longo tempo, fugiu com sua família para a Arábia Saudita. Em agosto daquele ano, a Ligue Tunisienne des Droits de l'Homme [Liga Tunisiana de Direitos Humanos] pôde realizar uma conferência nacional sem medo de ser assediada pela polícia.¹⁵⁵

¹⁵² ABROMAITIS, Adomas. Lithuania violates Universal Declaration of Human Rights. *Eurasia Review*, 13 set. 2018. Disponível em: <https://www.eureporter.co/frontpage/2018/09/12/lithuania-violates-universal-declaration-of-human-rights/>. Acesso em: 4 out. 2022.

¹⁵³ UN HUMAN RIGHTS COUNCIL. *Report of the detailed findings of the Independent International fact-finding mission on Myanmar*, A/HRC/39/CRP.2. 18 set. 2018. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/MyanmarFFM/Pages/ReportoftheMyanmarFFM.aspx>. Acesso em: 4 out. 2022.

¹⁵⁴ Disponível em: <http://www.article19.org/>. Para o site em português, ver <https://artigo19.org/>. Acesso em 30 jun. 2022.

¹⁵⁵ La Ligue tunisienne des droits de l'homme interdite de tenir son congrès par la Police. *Le Monde*, 29 maio 2006. Disponível em: https://www.lemonde.fr/afrique/article/2006/05/29/la-ligue-tunisienne-des-droits-de-l-homme-interdite-de-tenir-son-congres-par-la-police_777216_3212.html. Acesso em: 4 out. 2022.

Em 2018, mais de vinte associações estavam promovendo ativamente a cultura berbere, haviam sido suprimida na Tunísia.¹⁵⁶ Em um contexto totalmente diferente, em 2011 e 2018 as associações de arquivos se reuniram nos planos local, nacional e regional, bem como no quadro do Conselho Internacional de Arquivos. Sejam organizações de direitos humanos, grupos étnicos ou de profissionais, o direito de se reunir e se associar pacificamente é caro a todos nós.

O desenvolvimento do artigo 20 sobre o direito de reunião está confusamente entrelaçado com o desenvolvimento do artigo 23 sobre o direito de formar sindicatos. Em última análise, essas duas ideias foram colocadas em dois artigos separados porque os redatores, de acordo com Johannes Morsinck em seu estudo sobre a elaboração da Declaração Universal, “julgaram o direito de sindicalização como suficientemente importante para dar-lhe um lugar na lista de direitos humanos e figurar com os direitos mais abstratos de associação e trabalho, direitos que implementa local e internamente”. Mas o puro direito de associação também foi debatido, dada a então recente herança sombria da Segunda Guerra Mundial, levando alguns delegados a argumentar que, como disse o representante da URSS, todas as organizações “de natureza fascista ou antidemocrática” deveriam ser excluídas do direito de se organizar. No final, a palavra “pacíficas” foi acrescida às palavras “reunião” e “associação”, mas as organizações fascistas não foram especificamente proibidas. A questão final era se havia o direito de não pertencer a uma associação, e isso também se enredava com a questão de saber se uma pessoa poderia ser forçada a fazer parte de um sindicato. O delegado da Nova Zelândia ampliou o debate para além do tema dos sindicatos, dizendo que às vezes era necessário exigir que uma pessoa pertencesse a uma associação: “Um exemplo foi o das associações profissionais responsáveis por supervisionar a conduta daqueles que exercem alguma profissão especial. Na Nova Zelândia, foi o caso das associações de advogados.” Não está claro, exatamente, o que os delegados pensavam que estavam votando no segundo parágrafo do artigo 20, mas ele foi adotado por vinte votos a favor, quatorze contra e nove abstenções.¹⁵⁷

Não é surpresa alguma que o direito de associação seja encontrado em muitas convenções internacionais. De fato, em 9 de julho de 1948, cinco meses antes da adoção da Declaração, a conferência geral da Organização Internacional do Trabalho adotou uma convenção sobre “Liberdade de Associação Sindical e Proteção ao Direito de Sindicalização”, que os redatores da Declaração deveriam conhecer. Posteriormente, o direito foi incorporado em documentos tão variados quanto a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, que afirma terem os refugiados o mesmo direito de reunião que os nacionais do país em que o refugiado vive, e aos Princípios Básicos da ONU sobre o Uso da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, que declara que a polícia não deve interferir em assembleias legais e pacíficas.¹⁵⁸ Para uma rápida visão sobre como várias nações estão lidando com esse direito, se for buscada a palavra “associação” no *Universal Human Rights Index of United Nations*

¹⁵⁶ PUTINJ, Isabel. How Tunisia is finally embracing its Berber culture. *The Independent*, 27 jun. 2018. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/travel/africa/tunisia-berber-villages-heritage-traditional-culture-tamezret-toujane-a8417791.html>. Acesso em: 4 out. 2022.

¹⁵⁷ MORSINK, *UDHR*, p. 65-69, 168-181.

¹⁵⁸ Para uma relação de importantes tratados, declarações e compromissos que incluem provisões para a proteção do direito de reunião e associação, ver https://hrea.org/searchbykeyword?_sft_keyword=freeom-of-assembly-and-association. Acesso em: 4 out. 2022.

Documents [Índice Universal de Direitos Humanos dos Documentos das Nações Unidas], serão obtidas quase 500 ocorrências.¹⁵⁹

E arquivos? Documentos de tribunais, polícias, órgãos legislativos, comissões e observadores eleitorais, empresas de mídia, organizações não governamentais, grupos religiosos, associações profissionais: tudo isso está em arquivos e todos têm informações sobre o exercício pacífico (e não tão pacífico) do direito de reunião e de associação. E, claro, as próprias associações profissionais de arquivistas devem ter seus documentos preservados em arquivo, mostrando assim que a comunidade arquivística se reúne, se associa e protege os registros do seu exercício desses direitos.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Artigo 21

- 1. Toda a pessoa tem o direito de tomar parte na direção dos negócios públicos do seu país, quer diretamente, quer por intermédio de representantes livremente escolhidos.*
- 2. Toda a pessoa tem direito de acesso, em condições de igualdade, às funções públicas do seu país.*
- 3. A vontade do povo é o fundamento da autoridade dos poderes públicos e deve exprimir-se através de eleições honestas a realizar periodicamente por sufrágio universal e igual, com voto secreto ou segundo processo equivalente que salvaguarde a liberdade de voto.*

Sentado atrás de uma bancada de microfones, o rei Abdullah da Arábia Saudita anunciou em 25 de setembro de 2011 que, a partir de 2015, as mulheres do reino teriam o direito de votar nas eleições locais e de serem candidatas em eleições municipais.¹⁶⁰ Quando a Declaração Universal de Direitos Humanos foi adotada em 1948, 13 dos 56 países votantes não davam às mulheres o direito de votar (incluindo 12 países que votaram a favor da DUDH e um país – Arábia Saudita – que votou contra). No entanto, o artigo 21 fala de “sufrágio universal e igual”, e na votação final ele foi aprovado por unanimidade. Como pôde acontecer isso, quando as mulheres e as minorias em muitos países não podiam votar?

Assim como nas discussões sobre muitos dos artigos, a política internacional estava em jogo nos debates sobre o artigo 21. Os delegados adotaram o artigo 2, que contém uma visão abrangente sobre não discriminação, incluindo liberdade “de opinião política ou outra”. O artigo 21 sublinhava o procedimento da vida política: sufrágio periódico, igual, universal, direto e secreto. O debate no processo de redação centrou-se na questão do pluralismo partidário. O delegado belga disse, sem rodeios, que ter mais de um partido “era essencial para o funcionamento

¹⁵⁹ Disponível em: <http://www.universalhumanrightsindex.org/hrsearch/search.do?accessType=search&bodies=allBodies®ionCountry=country&bodyTypeBody=body&lang=en&orderBy=relevance&booleanQuery=association&countries=allCountries&clusterCategory=category¤tPage=6>. Acesso em: 4 out. 2022.

¹⁶⁰ ALSHARIF, Asma. Saudi king gives women right to vote. *Reuters*, 25 set. 2011. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-saudi-king-women-idUSTRE78O10Y20110925>. Acesso em: 4 out. 2022.

eficiente do sistema democrático”, ao que o delegado russo respondeu que, “no sistema [soviético] vigente”, não havia “justificativa para a criação de outros partidos”. O artigo 21, conforme adotado, não exige especificamente um sistema multipartidário, mas estudiosos como Johannes Morsink argumentam que os redatores sabiam que, lidos em conjunto, o artigo 2, com seu direito de livre opinião política, e o artigo 21 faziam dos sistemas multipartidários a única conclusão lógica.¹⁶¹

Os redatores também usaram o terceiro parágrafo do artigo 21 para sugerir (outra penumbra), mas não declarar explicitamente, o direito à autodeterminação. Em uma era de colônias e territórios tutelados, para não mencionar estados que eram conglomerados de grupos étnicos, a ideia de autodeterminação era dinamite política. Para tornar as coisas ainda mais complicadas, quando a redação da Declaração começou, a Palestina era um mandato do Reino Unido, mas em maio de 1948 o novo estado de Israel havia sido proclamado e os palestinos estavam fugindo da região. A ideia de um artigo separado sobre autodeterminação perdeu força, sendo relegada, aqui, para o terceiro parágrafo.

O Pacto Internacional sobre de Direitos Civis e Políticos das Nações Unidas de 1966 reitera em seu artigo 25 as disposições do artigo 21 da Declaração. Trinta anos depois, em 1996, o Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas adotou um “Comentário Geral” no qual interpreta os direitos definidos no artigo 25. O Comentário começa assim: “O artigo 25 reside no âmago do governo democrático com base no consentimento das pessoas e em conformidade com os princípios do Pacto”. A palavra “democrático”, não usada na Declaração, é vista agora, nos anos pós-Guerra Fria, como o cerne da questão. O Comentário observa brevemente o direito ao emprego no serviço público, mencionado no subparágrafo 2 da Declaração e no subparágrafo 3 do Pacto, dizendo: “[Os] critérios e processos de nomeação, promoção, suspensão e destituição têm de ser objetivos e razoáveis”. Certamente essa disposição poderia ser usada em processos trabalhistas movidos contra governos.¹⁶²

Os desafios ao artigo surgem continuamente. No Bahrein, em 2016, um tribunal ordenou que o principal grupo de oposição xiita do país fosse dissolvido e seus ativos liquidados e transferidos para o tesouro estatal.¹⁶³ Hackers têm trabalhado nos registros de eleitores, e talvez realmente alterando resultados de votação.¹⁶⁴

Os materiais de arquivo sobre votação e emprego público são extensos. Arquivos governamentais contêm os resultados oficiais das eleições, os debates legislativos sobre o sufrágio e as contestações judiciais em casos de direito de voto. O tempo de manutenção das cédulas tem sido objeto de controvérsia em alguns países e em algumas eleições. E, é claro, os

¹⁶¹ MORSINK, *UDHR*, p. 58-61, 112-113.

¹⁶² Disponível em: <file:///C:/Users/VSJ/Downloads/G9618094.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022. Para a versão em português, ver <https://acnudh.org/wp-content/uploads/2011/06/Compilation-of-HR-instruments-and-general-comments-2009-PDHJTimor-Leste-portugues.pdf> p. 46-51. Acesso em: 10 out. 2022.

¹⁶³ SCHRECK, Adam. Bahrain court orders Shia opposition group to be dissolved. *Associated Press*, 17 jul. 2016. Disponível em: <https://apnews.com/37086300d45e4e3aa3995e651d3c290b> Acesso em: 4 out. 2022.

¹⁶⁴ CAMERON, Dell. Sacramento Bee leaks 19.5 million California voter records, promptly compromised by hackers. *Gizmodo*, 8 fev. 2018. Disponível em: <https://gizmodo.com/sacramento-bee-leaked-19-5-million-california-voter-rec-1822835127>. Acesso em: 4 out. 2022.

arquivos do governo mantêm os registros de emprego no governo, incluindo as regras para contratação e demissão, bem como os dossiês individuais dos funcionários.

As Nações Unidas desempenham um papel importante no apoio ao processo eleitoral em países que estão passando de um sistema repressivo para um mais democrático, e os registros dessas atividades estão nos Arquivos das Nações Unidas. Muitas organizações não governamentais ao redor do mundo monitoram eleições, e seus documentos incluem os relatórios de observadores; a International Foundation for Electoral Systems [Fundação Internacional para Sistemas Eleitorais] destaca em seu site *What Article 21 of the Universal Declaration of Human Rights Means to Democracy* [O que o artigo 21 da Declaração Universal dos Direitos Humanos significa para a democracia].¹⁶⁵ Outras ONGs monitoram os processos políticos em geral, como a Freedom House, uma ONG cujo relatório anual, *Freedom in the World* [Liberdade no mundo], pesquisa direitos políticos globais e liberdades civis, incluindo direitos eleitorais, usando os padrões da Declaração.¹⁶⁶ Escritórios de advocacia e grupos legalmente orientados têm registros de seus casos de direito de voto, bem como de litígios em favor de pessoas que procuram emprego público ou são demitidas dele. Os sindicatos trabalhistas que representam funcionários públicos também teriam registros relevantes. E documentos pessoais de ativistas sufragistas, de monitores eleitorais e de pessoas que procuram emprego no governo são importantes materiais de arquivos. Não faltam acervos arquivísticos sobre sufrágio e emprego público.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Artigo 22

Toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social; e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país.

Na década de 2010, a Índia iniciou um projeto notável: emitir um número de identificação para cada um de seus 1,2 bilhão de cidadãos. O projeto foi concebido para resolver, entre outros, o problema das pessoas invisíveis. Como um artigo sobre o projeto observou, “centenas de milhões de indianos são pouco visíveis para o Estado: eles não têm nenhum documento de identificação ou têm uma forma insuficiente do mesmo, emitida pelas autoridades locais. Consequentemente, eles não podem facilmente abrir contas bancárias ou comprar cartões SIM de telefones celulares, e *não podem receber serviços estatais que lhes são devidos*” (grifo nosso).

¹⁶⁵ Disponível em: <http://www.ifes.org/Content/Publications/Opinions/2009/Dec/What-Article-21-of-the-Universal>. Acesso em: ----.

¹⁶⁶ Disponível em: <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2022/global-expansion-authoritarian-rule>. Acesso em: 5 out. 2022.

São exatamente esses serviços estatais que os artigos 22 a 27 da Declaração definem como obrigações de direitos humanos do Estado.¹⁶⁷

Os redatores projetaram o artigo 22 como uma introdução abrangente aos direitos econômicos, sociais e culturais, a pedra angular desta seção da Declaração. O debate sobre se e como incluir esses direitos na Declaração foi vigorosamente disputado, de acordo com a história do processo de redação de Johannes Morsink. Alguns delegados argumentaram que os direitos políticos e civis foram reconhecidos desde o século 18, mas que o conceito de direitos sociais, econômicos e culturais foi um desenvolvimento do século 19 e, portanto, precisava ser enfatizado ao ser incluído na Declaração. O conde Carton de Wiart, delegado belga, defendeu essa posição, dizendo que o artigo 22 “introduziu novas ideias, enquanto os artigos anteriores reviveram ideias expressas na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 e na Declaração Americana de Direitos”. Eleanor Roosevelt, presidindo o comitê de redação, argumentou que a Declaração “deveria enunciar os direitos do homem e não as obrigações dos Estados”. Hernan Santa Cruz, do Chile, discordou, dizendo: “Como esses direitos [sociais] diferiam de todos os outros direitos, pois exigiam uma ação positiva do Estado antes que pudessem ser usufruídos, era bastante apropriado impor uma obrigação definitiva ao Estado nesse sentido”. Prevaleceram argumentos para incluir esses direitos e para obrigar os Estados a tomarem medidas para garantir que eles sejam cumpridos, e o artigo 22 foi adotado.¹⁶⁸

Um guia para questões de direitos humanos desenvolvido pelo Levin Institute da State University of New York chama o artigo 22 de “notável” porque (1) “sustenta que os direitos econômicos, sociais e culturais ajudam a criar as condições básicas necessárias para a realização da dignidade humana, que o artigo 1 havia estabelecido como base para todos os direitos humanos”, (2) “exige não apenas a ação nacional para garantir esses direitos, mas também a ‘cooperação internacional’” e (3) “reconhece que os países têm diferentes capacidades” para alcançar os objetivos da Declaração.¹⁶⁹

Os direitos descritos no artigo 22 foram posteriormente incorporados em vários tratados internacionais e regionais de direitos humanos. Em 1966, a ideia do “direito de todos à seguridade social, incluindo a previdência social” foi introduzida como artigo 9º do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas adotou, em 2007, o Comentário Geral nº 19, “o direito à seguridade social”. Ele argumenta que todo Estado deve adotar “uma estratégia de seguridade nacional e um plano de ação para realizar o direito à seguridade social”, a menos que o Estado já tenha um “sistema de seguridade social abrangente”. A estratégia de seguridade nacional deve “se basear nos princípios de prestação de contas e transparência”, observando que “a independência do judiciário e a boa governança também são essenciais para a implementação efetiva de todos os direitos humanos”. Marcadamente, dada a notável importância dos arquivos para a efetiva

¹⁶⁷ O projeto foi extremamente questionado judicialmente. A Suprema Corte da Índia decidiu que o projeto podia prosseguir. Ver: SURI, Manveena. India Supreme Court upholds controversial biometric database. *CNN News*, 26 set. 2018. Disponível em: <https://www.cnn.com/2018/09/26/asia/india-aadhaar-ruling-intl/index.html>. Acesso em: 5 out. 2022.

¹⁶⁸ MORSINK, *UDHR*, p. 222-232.

¹⁶⁹ The UDHR document. *The Levin Institute*, n.d. Disponível em: <http://www.globalization101.org/the-udhr-document/>. Acesso em: ----.

prestação do direito à seguridade social, o comentário não faz menção à necessidade de manter documentos precisos da população, dos beneficiários e das ações do governo para a prestação de serviços sociais. É um descuido impressionante.¹⁷⁰

Os arquivos contêm uma grande quantidade de documentos relacionados aos direitos definidos no artigo 22. Documentos de instituições de serviços sociais, incluindo aquelas que monitoram as condições de trabalho, dados censitários, registros de órgãos governamentais que lidam com povos indígenas e registros de órgãos autônomos de povos indígenas, documentos de administrações coloniais, arquivos legislativos e organizações não governamentais, são alguns exemplos numa lista extensa. Os documentos de órgãos internacionais, como a Unesco, o Alto Comissariado para os Refugiados e os Direitos Humanos, a Organização Internacional do Trabalho, a Organização Mundial da Saúde, o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e a Organização Mundial da Propriedade Intelectual refletem o exercício no mundo todo dos direitos econômicos, sociais e culturais. Os bancos internacionais e regionais têm documentos de questões previdenciárias surgidas no contexto de programas de empréstimos, contratos de crédito, programas de ajuste estrutural e projetos similares. Todos os empregadores devem ter registros dos seus trabalhadores e das contribuições que tanto os empregadores como os trabalhadores fazem para o sistema de seguridade social. Os registros relevantes estão em todos os formatos: bancos de dados com informações sobre os beneficiários, fotografias das condições de vida e de trabalho, e-mail que contém comentários que difamam um grupo, correspondência entre um governo e um financiador internacional. São registros que combatem a invisibilidade.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Artigo 23

- 1. Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego.*
- 2. Todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual.*
- 3. Quem trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família uma existência conforme com a dignidade humana, e completada, se possível, por todos os outros meios de proteção social.*

O pano de fundo para a frase “proteção contra o desemprego” do artigo 23 foi a turbulência no emprego durante a Grande Depressão, as dificuldades de absorver na força de trabalho os desmobilizados e realocados após a Segunda Guerra Mundial e a discriminação no emprego contra os judeus durante os anos nazistas. Quando a Declaração foi redigida, o artigo 55 da Carta das Nações Unidas já havia comprometido as Nações Unidas a promover o “pleno emprego”, o que poderia sugerir que o esboço básico do direito ao emprego havia sido estabelecido. Mas, de

¹⁷⁰ Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G08/403/97/pdf/G0840397.pdf?OpenElement>. Acesso em: 6 out. 2022.

fato, a redação do artigo foi extremamente conflituosa; Johannes Morsink dedica um capítulo inteiro para tentar explicá-la. Morsink conclui que um “lobby latino-americano muito influente dominou esse segmento da história da redação da Declaração”, mas a esse cenário juntaram-se também as tensões entre a organização econômica socialista, comunista e capitalista, os interesses da Organização Internacional do Trabalho e as pressões exercidas por sindicatos nacionais e internacionais, entre outros elementos. Em uma afirmação assombrosa, que infelizmente foi eliminada na redação final, o delegado francês René Cassin, parafraseando uma declaração da Organização Mundial da Saúde, resumiu o objetivo do artigo 23: “O trabalho humano não é uma mercadoria”.¹⁷¹

Em 1966, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais ampliou o artigo 23 em seus artigos 6º, 7º e 8º. Quarenta anos depois, em 2005, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas adotou o Comentário Geral nº 18, que ampliou os propósitos básicos e premissas do direito ao trabalho encontradas tanto na Declaração quanto no Pacto. O Comentário Geral destaca “tópicos especiais de ampla aplicação”, incluindo o direito ao trabalho para mulheres, jovens e idosos, pessoas com deficiência e trabalhadores migrantes e a proteção de crianças “de todas as formas de trabalho que possam interferir em seu desenvolvimento ou saúde física ou mental”.¹⁷²

A aplicação do artigo 23 é entendida como envolvendo empresas privadas, nacionais e multinacionais. O International Council on Human Rights Policy [Conselho Internacional de Política de Direitos Humanos] publicou um relatório em 2002 – *Beyond Volunteerism: Human rights and the developing international legal obligations of companies* [Além do Voluntariado: Direitos Humanos e o desenvolvimento das obrigações legais internacionais das empresas] – enquanto uma reunião de especialistas no mesmo ano adotou o *Montreal Principles on Women’s Economic, Social and Cultural Rights* [Princípios de Montreal sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Mulheres], reivindicando especificamente aos Estados que “impeçam que corporações transnacionais e outras entidades comerciais violem os direitos econômicos, sociais e culturais das mulheres em seu território”. E o que um estudioso chama de “o impulso e a atração da globalização” colocou em relevo a vulnerabilidade dos trabalhadores migrantes ao tipo de exploração contra o qual o artigo 23 adverte.

Em 2011, o Conselho de Direitos Humanos da ONU endossou os “Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos”, um conjunto de diretrizes para Estados e empresas prevenirem, abordarem e repararem abusos de direitos humanos cometidos em operações comerciais. Mas, como a Declaração Universal, esses Princípios Orientadores não

¹⁷¹ MORSINK, *UDHR*, p. 157-190.

¹⁷² O Comentário Geral n. 18 está em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G06/403/13/pdf/G0640313.pdf?OpenElement>. Acesso em: 6 out. 2022; Os Princípios de Montreal estão em <https://www.fidh.org/IMG/pdf/ca0110a.pdf>. Acesso em: 6 out. 2022; INTERNATIONAL COUNCIL ON HUMAN RIGHTS POLICY. *Beyond volunteerism: human rights and the developing international legal obligations of companies* está em <https://deliverypdf.ssrn.com/delivery.php?ID=015017002073025121126005089081078018005089018032067023088097069093020106119004094024029042031023054007048071083016065071124081031021028008031095098125080069107095127008020005117114120123126023098109013029026086097115015015025123009124105119026028018097&EXT=pdf&INDEX=TRUE>. Acesso em: 6 out. 2022. Trabalhadores migrantes estão em <http://www.wcl.american.edu/hrbrief/14/3varia.pdf?rd=1> e <http://www.wcl.american.edu/hrbrief/14/3misra.pdf?rd=1> Acesso em: ----.

implicam mecanismo de sanção.¹⁷³ Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, 2015-2030, incluem como Objetivo 8, “promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos”.¹⁷⁴ Alcançar isso não será fácil. Um estudo do Banco Mundial mostra que a igualdade de gênero no trabalho ainda é um problema sério, com 104 economias mundiais em 2018 impedindo as mulheres de trabalhar em determinados empregos.¹⁷⁵ Os sindicatos perderam poder e membros em muitos países,¹⁷⁶ e os salários não acompanham o ritmo dos aumentos de preços, como mostraram os distúrbios relativos ao imposto sobre os combustíveis em 2018 na França.

Arquivos de empresas e sindicatos (locais, nacionais e internacionais) são recursos essenciais para entender a aplicação dos direitos do artigo 23. Assim também são os documentos das organizações não governamentais que se concentram em questões de direito ao trabalho, direitos dos trabalhadores migrantes, trabalho infantil, tráfico de pessoas para exploração laboral e discriminação por idade e sexo no local de trabalho. Os arquivos da Organização Internacional do Trabalho em Genebra, Suíça, fornecem informações sobre questões trabalhistas anteriores às Nações Unidas, enquanto os arquivos de instituições financeiras internacionais, departamentos e órgãos governamentais relativos a trabalho e comércio, entidades de regulamentação comercial, tribunais e promotorias possuem documentação importante sobre o direito ao trabalho. E, como para todos os artigos, os arquivos pessoais de ativistas, jornalistas, líderes trabalhistas e chefes corporativos contribuem poderosamente para nossa compreensão do impulso e atração do trabalho na economia global.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Artigo 24

Toda a pessoa tem direito ao repouso e aos lazeres, especialmente, a uma limitação razoável da duração do trabalho e as férias periódicas pagas.

Durante as festas de fim de ano, muitas pessoas ao redor do mundo têm um dia livre pago. Poucos, provavelmente, sabem que seu direito a um dia de descanso remunerado é protegido pelo artigo 24 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Essa proteção antecede à

¹⁷³ GUIDING Principles on Business and Human Rights: implementing the United Nations protect, respect and remedy framework, A/HRC/17/31, endorsed by the UN Human Rights Council, 16 jun. 2011. Disponível em: https://www.ohchr.org/Documents/Publications/GuidingPrinciplesBusinessHR_EN.pdf. Acesso em: 6 out. 2022. Para a versão em português, ver https://site-antigo.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/conectas_principiosorientadoresruggie_mar20121.pdf. Acesso em: 13 ago. 2022.

¹⁷⁴ Disponível em: <https://una-gp.org/the-sustainable-development-goals-2015-2030/>. Acesso em: 6 out. 2022.

¹⁷⁵ IQBAL, Sarah. *Women, business, and the law 2018 (English)*. Washington, D.C.: World Bank Group, 2018. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/926401524803880673/Women-Business-and-the-Law-2018>. Acesso em: 6 out. 2022.

¹⁷⁶ Why trade unions are declining. *The Economist*, 29 set. 2015. Disponível em: <https://www.economist.com/the-economist-explains/2015/09/29/why-trade-unions-are-declining>. Acesso em: 6 out. 2022.

Declaração em décadas: foi proclamada pela primeira vez como um princípio universal no artigo 427 do Tratado de Versalhes, que pôs fim à Primeira Guerra Mundial. As Altas Partes Contratantes do Tratado acreditavam que “existem condições de trabalho que envolvem tanta injustiça, sofrimento e privação para um grande número de pessoas, e que produzem uma inquietação tão grande, que a paz e a harmonia do mundo estão ameaçadas; e uma melhoria dessas condições é urgentemente necessária”. A resposta foi criar a Organização Internacional do Trabalho (OIT). As Altas Partes Contratantes estabeleceram nove “princípios gerais” de “importância especial e urgente” para a OIT abordar, o quinto dos quais foi “a adoção de um descanso semanal de pelo menos 24 horas que deve incluir o domingo sempre que possível”.¹⁷⁷ Assim, em 1921, a OIT promulgou a “Convenção Concernente à Concessão do Repouso Semanal nos Estabelecimentos Industriais”, que dizia que qualquer trabalhador da indústria privada ou pública deveria “ser beneficiado, no correr de cada período de sete dias, com um repouso, ao menos de 24 horas consecutivas”. O artigo 2º, parágrafo 3º, eliminou a parte cristã do quinto princípio geral, afirmando em vez disso: “Coincidirá, quando possível, com os dias consagrados pela tradição ou costume do país ou da região.” A convenção foi assinada e ratificada por 113 estados.¹⁷⁸

Nos debates sobre a Declaração, esse histórico da OIT e os interesses de apoio dos sindicatos foram combinados com a influência dos delegados latino-americanos cujas constituições nacionais garantiam os direitos ao descanso e ao lazer (Brasil, Costa Rica, Cuba, Equador, Guatemala, México, Nicarágua e Panamá) e a influência dos estados comunistas da Bielorrússia, Ucrânia e URSS. Esses delegados argumentaram que o direito ao lazer remunerado era crucial, pois, como disse o delegado iugoslavo, “o direito de descansar sem remuneração não significava nada”. Um argumento interessante dizia respeito ao propósito do período de descanso. Vários delegados pediram que o artigo especificasse a razão do direito ao descanso, com as delegações filipina e argentina propondo o texto: “Todo mundo tem direito ao devido descanso e lazer para seu bem-estar espiritual, cultural e físico”. Como escreve Johannes Morsink, essas propostas “foram inspiradas na visão socialista de que os trabalhadores não têm apenas direito a descanso e lazer para que possam ser melhores e mais eficientes produtores de lucro para os detentores dos modos e meios de produção”. Por fim, os delegados concordaram que esse nível de detalhamento deveria ser deixado para uma futura convenção, e o artigo 24 foi adotado.¹⁷⁹

Como os delegados esperavam, as convenções posteriores ampliaram o direito ao descanso como parte das condições justas de trabalho. Em 1957, a OIT adotou a “Convenção relativa ao repouso semanal no comércio e nos escritórios”, que dizia: “As tradições e os usos das minorias religiosas serão respeitados, sempre que possível”, o que inclui o respeito pelos dias tradicionais de festas e comemorações.¹⁸⁰ A “Recomendação” que respalda essa convenção reconheceu

¹⁷⁷ Disponível em: http://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/1920/20B09_18_engl.pdf. Acesso em: 6 out. 2022.

¹⁷⁸ Disponível em: https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_INSTRUMENT_ID:312159#:~:text=Article%20-1,2. Acesso em: 10 out. 2022. Para a versão brasileira da Convenção, ver <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1950-1959/decretolegislativo-24-29-maio-1956-350643-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 14 ago. 2022.

¹⁷⁹ MORSINK, *UDHR*, p. 181-190.

¹⁸⁰ Disponível em: https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=1000:12100::NO:12100:P12100_INSTRUMENT_ID:312251#:~:text=Article%20-1,each%20period%20of%20seven%20days. Acesso em: 10 out. 2022. Para a

explicitamente a importância dos documentos na afirmação deste direito, especificando, no parágrafo 6, “medidas apropriadas devem ser tomadas para garantir a manutenção de tais documentos, conforme necessário para a administração adequada dos arranjos de descanso semanal e, em particular, dos registros das disposições tomadas relativamente a: (a) pessoas a quem se aplica um regime especial de descanso semanal [...] (b) pessoas a quem as isenções temporárias previstas no artigo 8º da[...] Convenção de 1957, são aplicáveis.”¹⁸¹ Uma década depois, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais declarou, no artigo 7º, (d) que todos têm direito a “descanso, lazer, limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas, assim como à remuneração dos feriados”.

O artigo 24 foi controverso desde o início. O que significou para os camponeses, trabalhadores agrícolas, trabalhadores migrantes, trabalhadores domésticos e outros não abrangidos na categoria “comércio e escritórios” mencionada pelas convenções da OIT? Como as disposições seriam administradas em estados com muitos grupos minoritários?¹⁸² Como seriam administradas em organizações multinacionais e internacionais que atraem funcionários de todo o mundo? E, no entanto, o princípio é agora tão amplamente aceito que a International Finance Corporation [Corporação Financeira Internacional], uma parte do grupo Banco Mundial que fornece empréstimos a empresas comerciais privadas, o inclui em seu *Guide to Human Rights Assessment and Management* [Guia para Avaliação e Gestão de Direitos Humanos].¹⁸³ E Os Princípios Orientadores da ONU sobre Negócios e Direitos Humanos afirmam que as empresas têm a responsabilidade de respeitar o direito ao lazer.¹⁸⁴

Assim como os arquivos úteis para o artigo 23, os arquivos com registros relevantes para o artigo 24 incluem empresas, sindicatos e organizações não governamentais preocupados com os direitos trabalhistas e das minorias. Para o artigo 24, os documentos de organizações religiosas também podem conter informações sobre os esforços para obter o reconhecimento de empregadores e governos a feriados religiosos. Os arquivos dos governos, particularmente os arquivos legislativos que documentam a adoção de leis sobre feriados e normas trabalhistas, são essenciais, e os arquivos da Organização Internacional do Trabalho fornecem importantes e profundas perspectivas internacionais acerca questões trabalhistas. E os arquivos pessoais de líderes trabalhistas, ativistas e industriais podem incluir informações sobre os debates contínuos relativos à extensão e à natureza do descanso e lazer para todos os trabalhadores.

versão brasileira da Convenção, ver <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1960-1969/decreto-legislativo-20-30-abril-1965-349517-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 14 ago. 2022.

¹⁸¹ Disponível em: https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO:12100:P12100_INSTRUMENT_ID:312441:NO. Acesso em: 10 out. 2022.

¹⁸² Um artigo útil sobre tais questões é GAVISON, Ruth. *Days of worship and days of rest: a view from Israel*, 2005. Disponível em: <https://ruthgavison.files.wordpress.com/2015/10/days-of-worship-and-days-of-rest-2007.pdf>. Acesso em: 6 out. 2022.

¹⁸³ Disponível em: <https://www.unglobalcompact.org/library/25>. Acesso em: 6 out. 2022. O link leva a versões em inglês e espanhol.

¹⁸⁴ Disponível em: https://www.ohchr.org/Documents/Publications/GuidingPrinciplesBusinessHR_EN.pdf. Acesso em: 6 out. 2022.

Artigo 25

1. Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.

2. A maternidade e a infância têm direito a ajuda e a assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozam da mesma proteção social.

Leia rapidamente o texto do artigo 25. Observe que há três ideias ali: o parágrafo 1 afirma o direito a um padrão de vida adequado e o direito a uma rede de proteção social, e o parágrafo 2 fala da proteção social de mães e filhos.

Originalmente, os redatores da Declaração tinham artigos separados para alimentação e moradia, assistência médica, segurança social em geral e proteção da maternidade. O direito ao vestuário adequado foi acrescentado a pedido do delegado filipino. Mas, como eles foram reunidos em um artigo complexo, sobretudo quando o artigo 22 já havia declarado que todos têm “direito à segurança social”? Mesmo o principal cronista da Declaração, Johannes Morsink, acha difícil explicar essa questão, dizendo apenas que a Comissão fundiu esses elementos porque “estava muito ansiosa para manter as coisas curtas e diretas”.¹⁸⁵ Analisando retrospectivamente, a Comissão falhou.

O artigo 25, nº 1, tem questões que preocupam a Organização Mundial das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, a Organização Mundial da Saúde, a Organização Internacional do Trabalho (desemprego e benefícios aos trabalhadores), os altos comissariados para os Refugiados e para os Direitos Humanos, todos os governos nacionais, regionais e locais, organismos religiosos, sindicatos e organizações da sociedade civil. A complexidade do artigo exigiu sua interpretação por muitos tratados adicionais, declarações, resoluções e comentários gerais da Comissão de Direitos Humanos, e os “documentos finais” de conferências internacionais. O Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos emitiu fichas informativas sobre o direito à habitação condigna (ficha informativa n. 21), práticas tradicionais nocivas que afetam a saúde de mulheres e crianças (nº 23) e o direito à saúde (nº 31).¹⁸⁶ O Relator Especial da ONU sobre a questão das obrigações de direitos humanos relacionadas ao gozo de um ambiente seguro, limpo, saudável e sustentável publicou “Princípios básicos sobre direitos humanos e meio ambiente”.¹⁸⁷ O programa da Organização Internacional do Trabalho

¹⁸⁵ MORSINK, *UDHR*, p. 191-210.

¹⁸⁶ Disponível em: <http://www.ohchr.org/Documents/Publications/Factsheet31.pdf>. Acesso em: 6 out. 2022.

¹⁸⁷ REPORT of the special rapporteur on the issue of human rights obligations relating to the enjoyment of a safe, clean, healthy and sustainable environment, A/HRC/37/59, 24 jan. 2018. Disponível em: <https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=A%2FHRC%2F37%2F59&Language=E&DeviceType=Desktop&>

sobre a Extensão Global da Segurança Social, uma “plataforma global de compartilhamento de conhecimento”, tem muitas informações úteis sobre os tópicos do artigo 25.¹⁸⁸

Como seria se de esperar, esse artigo ‘guarda-chuva’ tem sido usado por defensores de uma enorme variedade de questões, como a defesa de ajuda para pessoas com AIDS, segurança para pessoas com deficiências, e até por um canadense que alegou que a proibição, em sua cidade, de manter galinhas no quintal violava seu direito à segurança alimentar.¹⁸⁹ Durante a redação do artigo 25 em 1948, o delegado da Nova Zelândia se opôs à expressão “a si e à sua família”, argumentando que o direito aos serviços sociais não vinha “apenas através do chefe da família”; defensores dos direitos das mulheres, usando o artigo 25, explicam que os chefes de família podem ser homens ou mulheres. Organizações trabalhistas usam o direito à compensação por desemprego do artigo 25 para pedir proteção aos trabalhadores migrantes, enquanto ativistas ambientais usam o direito à saúde para protestar contra os efeitos do despejo de produtos e resíduos tóxicos e perigosos. As organizações de direitos dos ciganos defendem cuidados de saúde adequados, em consonância com este artigo.¹⁹⁰

A menção a “circunstâncias independentes da sua vontade” certamente se aplica ao impacto global das mudanças climáticas, que ninguém pode parar, mas pode afetar a todas as pessoas. Como Susannah Willcox escreveu, a respeito de pequenos estados insulares em desenvolvimento,

Os impactos relacionados às mudanças climáticas têm consequências adversas para uma série de direitos reconhecidos internacionalmente. Estes incluem (mas não estão limitados a) o direito à vida, que é ameaçado pelo aumento da incidência de ondas de calor, seca, doenças transmitidas por vetores, desnutrição e eventos climáticos repentinos; o direito a um padrão de vida adequado, incluindo uma fonte acessível e sustentável de alimentação, abrigo e água potável, o que é afetado negativamente pela destruição de terras aráveis, suprimentos de água doce e habitação como resultado da elevação dos níveis do mar; o direito a um padrão adequado de saúde, comprometido pelo impacto das mudanças climáticas na infraestrutura de saúde, nutrição e acesso a água potável e saneamento; o direito à educação, que pode ser prejudicado pela destruição de instalações educacionais e deslocamento temporário ou permanente; e, finalmente, o direito de

[LangRequested=False](#) onde se pode ter acesso, entre outras, às versões em inglês, espanhol e francês. Acesso em: 6 out. 2022.

¹⁸⁸ Disponível em: <http://www.ilo.org/gimi/gess/ShowWiki.do?wid=9>. Acesso em: ----.

¹⁸⁹ BEYKO, Heather. Fowl play? A look into recent Canadian reform efforts for backyard chicken legislation, *ABlawg.ca*, 19 set. 2012. Disponível em: <https://ablawg.ca/2012/09/19/fowl-play-a-look-into-recent-canadian-reform-efforts-for-backyard-chicken-legislation/>. Acesso em: 6 out. 2022.

¹⁹⁰ FÖLDES, Maria Eva; COVACI, Alina. Research on Roma health and access to healthcare: state of the art and future challenges. *International Journal of Public Health*, v. 57, n. 1, p. 37-39, fev. 2012. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3282005/>. Acesso em: 8 out. 2022.

‘participar da vida cultural’, que é ameaçado pelo impacto das mudanças climáticas na terras tradicional, modos e condições de vida.¹⁹¹

Quando os delegados consideraram o segundo parágrafo do artigo 25, já haviam debatido a primeira frase do artigo 1º, que afirma, em sua redação final, “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”, e o artigo 2º, que proíbe a discriminação baseada, entre outras coisas, no “nascimento”. Por que, então, eles precisavam afirmar que os filhos “nascidos dentro ou fora do matrimônio” eram iguais? E se “todos” tinham direito a “serviços sociais indispensáveis”, no parágrafo 1º do artigo 25, por que os redatores precisavam explicar que mães e crianças necessitavam de “cuidado e assistência especiais”? Isso já não estava coberto pelo termo “indispensáveis”?

Parte da resposta à questão do “cuidado e assistência especiais” é que a então recém-adotada Declaração Americana sobre os Direitos e Deveres do Homem de 1948 dizia em seu artigo 7: “Toda mulher em estado de gravidez ou em época de lactação, assim como toda criança, têm direito à proteção, cuidados e auxílios especiais”. Parte da resposta também vem das constituições de vários países que explicitamente clamavam pela proteção de mulheres e crianças, incluindo a França (cujo delegado escreveu a primeira versão da sentença de “cuidado e assistência especiais”), Brasil, Bélgica, Cuba, Nicarágua, Panamá e a URSS. Além disso, o presidente do novo Fundo Internacional de Emergência para a Infância das Nações Unidas (Unicef) chamava a atenção para as necessidades das crianças e o “nível anormalmente alto” de mortalidade infantil nos doze países europeus onde o Unicef estava atuando. Tudo isso incentivou os delegados a incluir um parágrafo separado. O delegado dinamarquês, que representava a Comissão das Nações Unidas sobre a Situação das Mulheres, fez com que os redatores mudassem a palavra “mães” para “maternidade”, para garantir que a sentença, em suas palavras, “cobrisse o estado pré-natal”.

A segunda frase do parágrafo 2º, relativa aos filhos nascidos fora do casamento, parece ter sido acrescentada por iniciativa das delegações iugoslava e norueguesa, mas refletia urgentes problemas do pós-guerra. Durante a Segunda Guerra Mundial, um grande número de militares teve filhos enquanto estava em serviço, distante de seus países, e voltou para casa sem saber da gravidez ou do nascimento desses filhos, levando às tristes imagens de crianças órfãs em campos de deslocados em toda a Europa, às vezes tão jovens ou tão traumatizadas que eram incapazes de dizer quem eram. Dadas essas prementes preocupações contemporâneas, quando a Assembleia Geral das Nações Unidas finalmente votou a Declaração, o artigo 25 foi aprovado por unanimidade.¹⁹²

Muitos acordos e declarações internacionais subsequentes ampliaram as disposições do 2º parágrafo do artigo 25. Em 1959, a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração Universal dos Direitos da Criança, seguida trinta anos depois pela Convenção sobre os Direitos da Criança. A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979,

¹⁹¹ WILLCOX, Susannah. A rising tide: the implications of climate change inundation for human rights and voltState sovereignty. *Essex Human Rights Review*, v. 9, n. 1, p. 4-5, jun. 2012. Disponível em: <http://projects.essex.ac.uk/ehrr/V9N1/Willcox.pdf>. Acesso em: ----. Disponível em: <https://biblioteca.corteidh.or.cr/tablas/r29029.pdf>. Acesso em: 8 out. 2022.

¹⁹² MORSINK, *UDHR*, p. 257-258.

especificou (artigo 4) que a proteção especial para a maternidade não é discriminação de gênero e defendeu a necessidade de cuidados especiais com a saúde materna (artigo 12), o que por sua vez foi aperfeiçoado em 1999 na “Recomendação Geral n. 24 (mulheres e saúde)” publicada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.¹⁹³ Os direitos das crianças nascidas fora do matrimônio foram o foco de uma declaração, em 1967, da Subcomissão das Nações Unidas de Prevenção da Discriminação e Proteção das Minorias, que enfatizou a importância da igualdade de tratamento para as crianças nascidas dentro ou fora do casamento. Seguiu-se a Convenção Europeia de 1975 sobre o Estatuto Jurídico das Crianças Nascidas Fora do Casamento, que agora está em vigor em 21 países europeus.¹⁹⁴ E os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas de 2015, como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio que os precederam, refletem direitos descritos no artigo 25.¹⁹⁵

Dada a amplitude do primeiro parágrafo do artigo 25, é difícil pensar em um arquivo que NÃO tenha documentosa ele relacionados. Arquivos de empresas e de famílias, de sindicatos e de instituições de serviços sociais, de agências ambientais, de tribunais e de instituições legislativas e de órgãos internacionais: todos têm documentos pertinentes ao artigo 25. A sociedade contemporânea é uma grande criadora de documentos sobre a rede de segurança social – e a falta dela – e os arquivos estão repletos desses registros.

Os documentos de instituições de saúde, de serviço social, tribunais e instituições legislativas são vitais para proteger e fazer valer os direitos abrangidos pelo parágrafo 2 do artigo 25. Aqui estão três exemplos: (1) No estado norte-americano da Carolina do Norte, a NC Justice for Sterilization Victims Foundation dedica-se a fornecer informações e assistência às vítimas do programa estadual de esterilização que funcionou entre 1933 e meados da década de 1970. As pessoas que acreditam que elas ou alguém de sua família “podem ter sido esterilizadas sob o North Carolina Eugenics Board” [Conselho de Eugenia da Carolina do Norte] devem solicitar à Fundação que revise os registros do Conselho de Eugenia que são mantidos nos arquivos do estado.¹⁹⁶ (2) Embora o “falecido Ombudsman Otakar Motejl tenha declarado publicamente em 2009 acreditar que havia cerca de 90 mil vítimas” de esterilização no território da antiga Tchecoslováquia, o que sugere uma enorme quantidade de registros da prática, nenhuma compensação foi concedida.¹⁹⁷ (3) E no Canadá, no Nanaimo Indian Hospital [Hospital Indígena Nanaimo] o tratamento de crianças das Primeiras Nações com tuberculose foi abusivo e levou a

¹⁹³ Disponível em: https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CEDAW/Shared%20Documents/1_Global/INT_CEDAW_GEC_4738_E.pdf. Acesso em: 10 out. 2022. Para a versão portuguesa, ver https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/rec_geral_24_artigo_12_conv_mullher_s_e_saude.pdf. Acesso em: 22 ago. 2022.

¹⁹⁴ Disponível em: <https://rm.coe.int/1680076da4>. Acesso em: 8 out. 2022. Para a versão portuguesa, ver https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/convencao_europeia_estatuto_juridico_crianças_fora_casamento.pdf. Acesso em: 22 ago. 2022.

¹⁹⁵ Disponível em: <https://una-gp.org/the-sustainable-development-goals-2015-2030/>. Acesso em: 8 out. 2022.

¹⁹⁶ Disponível em: <https://files.nc.gov/ncdoa/JSV/JS-brochure.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

¹⁹⁷ CAHN, Claude. Czech and Slovak victims of coercive sterilization await justice. *The Guest Blog, Euractiv*, 1 mar. 2018. Disponível em: <https://romea.cz/en/news/world/czech-and-slovak-victims-of-coercive-sterilization-await-justice> Acesso em: 10 out. 2022.

uma ação coletiva contra o governo, com o advogado dos ex-pacientes dizendo que “tem confiança de que eles encontrarão os documentos necessários” para apoiar a alegação.¹⁹⁸

É claro que os arquivistas têm o dever crucial de proteger os documentos relacionados ao bem-estar social de mães e filhos. A International Organization for Standardization emitiu em 2010 um conjunto de diretrizes e um documento de especificação técnica sobre “Informática em saúde – Requisitos de segurança para arquivamento de documentos eletrônicos de saúde”, que são leitura fundamental para todos que gerenciam registros de saúde.¹⁹⁹

Como disse o ex-escravo e grande educador norte-americano do século 19 Frederick Douglass, “é mais fácil construir crianças fortes do que reparar homens quebrados”. Os arquivistas têm um papel a desempenhar tanto na construção como na reparação.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Artigo 26

- 1. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.*
- 2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.*
- 3. Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o gênero de educação a dar aos filhos.*

Embora longo em comparação com os demais artigos da Declaração, a proposta de um artigo sobre educação não foi controversa – pelo menos até o terceiro parágrafo ser proposto. O delegado brasileiro, por exemplo, disse que “o direito de todos à educação era indiscutível”, acrescentando: “O direito de compartilhar o patrimônio da humanidade formou a base de nossa civilização, e não pode ser negado a ninguém”. O representante da nova Unesco, com a educação em seu mandato, pediu a adoção do artigo, e o delegado do World Jewish Congress [Congresso Judaico Mundial] observou que a Unesco adotou o que é agora o segundo parágrafo do artigo 26 “como base para seus esforços na Alemanha e em todos os outros países onde foi necessário trabalhar uma mudança no espírito da educação”. No final da redação, a frase final

¹⁹⁸ STERRITT, Angela; DUFRESNE, Manjula. Canadians would be shocked: survivors, lawyers describe treatment at Nanaimo Indian Hospital. *CBC News*, 1 fev. 2018. Disponível em: <http://www.cbc.ca/news/canada/british-columbia/canadians-would-be-shocked-survivors-lawyers-describe-treatment-at-nanaimo-indian-hospital-1.4513476>. Acesso em: 10 out. 2022.

¹⁹⁹ ISO/TS 21547:2010, *Health informatics – Security requirements for archiving of electronic health records – Principles*. 18 mar. 2010. Disponível em: <https://www.iso.org/standard/44479.html>. Acesso em: 10 out. 2022.

do parágrafo 2 foi adicionada, tornando, como observa Johannes Morsink, “os direitos humanos à educação o novo civismo para a nova ordem mundial imaginada pelos redatores”.²⁰⁰

Implícita nos parágrafos 1 e 2 está a responsabilidade do Estado de fornecer educação, mas no parágrafo 3 o foco muda para as famílias e a escolha. Novamente, o pano de fundo do parágrafo 3 é a experiência nazista; o representante da Holanda dos Países Baixos “expressou o horror que os países ocupados pelos nazistas ainda sentiam ao pensar que o Estado poderia obrigar as crianças a serem deformadas moral e intelectualmente pelo partido no poder”, e argumentou que o controle familiar era o baluarte contra tal coerção. As delegações dos estados comunistas, que não desconfiavam do poder do Estado, objetaram, observando o delegado da URSS: “Uma criança tem absoluto direito à educação, independentemente da vontade de seus pais. A educação deve ser obrigatória porque uma criança não pode reivindicar o direito, pois não tem força para defendê-lo”. O parágrafo 3 foi aprovado por uma votação apertada de dezessete votos a favor, treze contra e sete abstenções.

A elaboração do direito à educação veio rapidamente. Em 1960, a Unesco adotou a Convenção relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino; em 1966, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais incluiu fortes declarações sobre educação nos artigos 13 e 14; em 1974, a Unesco emitiu uma Recomendação sobre a Educação para a Compreensão, Cooperação e a Paz internacionais e a Educação relativa aos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais; e em 1981, a Assembleia Geral da ONU afirmou o direito à educação na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher. Em 1998, foi nomeado o primeiro Relator Especial da ONU sobre o Direito à Educação, seguido pelo Comentário Geral 13 do Conselho Econômico e Social da ONU sobre o direito à educação, de 1999, que começa assim: “A educação é um direito humano em si e um meio de realizar outros direitos humanos”. Um dos Relatores Especiais, Katarina Tomasevski, apresentou uma forma de avaliar o cumprimento do direito à educação por um Estado, tomando por base quatro fatores, agora amplamente conhecidos como os quatro “As” do direito à educação: disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade, adaptabilidade [em inglês, availability, accessibility, acceptability, adaptability].²⁰¹

Um flagrante exemplo da violação do parágrafo 3º é a prática no século 20 nos EUA e no Canadá de tirar à força crianças de origem nativa americana do convívio com suas famílias para colocá-las em escolas que as educariam na cultura dominante. A Canadian Truth and Reconciliation Commission [Comissão Canadense de Verdade e Reconciliação] expôs os danos causados pela educação fora da cultura familiar; a reparação, embora em curso, não pode compensar a injustiça.²⁰²

²⁰⁰ MORSINK, *UDHR*, para os parágrafos 1 e 2 p. 212-217e 335, para o parágrafo 3, p. 263-269.

²⁰¹ Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/Issues/Education/SREducation/Pages/SREducationIndex.aspx>. Acesso em: 8 out. 2022; Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/resources/educators/human-rights-education-training/d-general-comment-no-13-right-education-article-13-1999>. Acesso em: 8 out. 2022; Versão em português disponível em: <https://acnudh.org/wp-content/uploads/2011/06/Compilation-of-HR-instruments-and-general-comments-2009-PDHJTimor-Leste-portugues.pdf>. Acesso em: 8 out. 2022.

²⁰² Disponível em: <http://www.trc.ca/websites/trcinstitution/index.php?p=905>. Acesso em: 8 out. 2022.

E arquivos do direito à educação? Há os arquivos dos próprios provedores de educação: escolas públicas e privadas, religiosas e laicas, primárias e secundárias. Existem os arquivos dos órgãos que controlam a política educacional e os conteúdos educacionais: parlamentos e departamentos de educação, comissões estaduais de educação e tribunais. As ONGs de direitos humanos podem ter documentos relacionados a campanhas e litígios sobre o direito à educação, principalmente para mulheres e grupos minoritários, e os arquivos da advocacia pública teriam os documentos da defesa do governo nesses casos. Organismos intergovernamentais internacionais, desde tribunais e comissões de direitos humanos até a Unesco e o Alto Comissariado para os Refugiados (que deve garantir educação para as crianças refugiadas), todos têm registros relacionados ao direito à educação. Arquivos pessoais também costumam incluir materiais relacionados à educação, mesmo que não especificamente à questão de direitos. Os meios pelos quais o direito à educação é fornecido variam de acordo com o local e o tempo, mas o direito é universal e os arquivos documentam o cumprimento dessa promessa pelo Estado.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Artigo 27

- 1. Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam.*
- 2. Todos têm direito à proteção dos interesses morais e materiais ligados a qualquer produção científica, literária ou artística da sua autoria.*

O artigo 27 parece dar e tirar, ao enfatizar a propriedade compartilhada e a propriedade privada. O primeiro parágrafo dá a todos o direito de “fruir” e “participar”, enquanto o segundo parágrafo dá ao indivíduo o direito de proteger os “interesses morais e materiais” em seu trabalho. No entanto, por mais ampla que pareça ser a afirmação do primeiro parágrafo, Johannes Morsink aponta que ela menciona a “comunidade”, negando assim, implicitamente, que existam múltiplas comunidades dentro dos estados e que as minorias tenham o direito de participar de suas próprias comunidades culturais. Os debates sobre os direitos das minorias nas sessões de redação foram contenciosos e complexos, mas, ao final, a Declaração não incluiu um artigo separado sobre esses direitos, embora eles sejam expressamente considerados nos artigos sobre religião e educação.²⁰³

O segundo parágrafo colocou os redatores diretamente nos debates sobre direitos autorais e leis de patentes, e alguns delegados argumentaram que esses conceitos baseados em leis não deveriam ser incluídos na Declaração. O segundo parágrafo também trouxe à tona posições internacionais conflitantes sobre o “direito moral” dos criadores de controlar seu trabalho mesmo depois que o trabalho é vendido ou caducam os direitos autorais. Vários fatores contribuíram para a adição final desses dois parágrafos: a influência da recém-criada Unesco

²⁰³ MORSINK, *UDHR*, p. 269-280.

com ênfase na cultura; a conferência de junho de 1948 da Convenção Internacional de Direitos Autorais de Berna, que revisou a cláusula de direitos morais na Convenção; e a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem de abril de 1948, que incluía uma provisão de direitos autorais. No entanto, continua a ser um artigo que incorpora duas ideias muito distintas.

O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) de 1966 seguiu o exemplo da Declaração, escrevendo no artigo 15(1) que cada Estado parte deve reconhecer “a cada indivíduo o direito de [c] beneficiar-se da proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de toda a produção científica, literária ou artística de que seja autor”. Peter K. Yu observa, em sua análise aprofundada do artigo 27 da Declaração, do artigo 15 do Pacto e dos direitos humanos, que “o entendimento do artigo 27(2) da DUDH e do artigo 15(1)(c) do PIDESC não mudou significativamente desde a adoção dos instrumentos”, conferindo-lhes um “impacto expressivo” no desenvolvimento dos regimes de direito de propriedade.²⁰⁴ O Conselho Internacional de Arquivos tem um grupo de trabalho sobre propriedade intelectual que lida com direitos autorais e questões relacionadas, e grupos semelhantes são encontrados em organizações que representam bibliotecas e áreas afins. Enfatizando o elemento científico no artigo, a American Association for the Advancement of Science [Associação Americana para o Avanço da Ciência] estabeleceu um Programa de Responsabilidade Científica, Direitos Humanos e Direito para abordar “questões éticas, legais e de direitos humanos relacionadas à condução e aplicação da ciência e tecnologia”.²⁰⁵

Os tribunais têm julgado a questão da destruição dos recursos culturais, pois a proteção desses elementos culturais está implícita no direito de usufruí-los. Em uma decisão marcante, em 2016 o Tribunal Penal Internacional condenou Ahmad Al Faqi Al Mahdi a nove anos de prisão, declarando-o culpado do crime de guerra de atacar edifícios históricos e religiosos em Timbuktu, Mali, em 2012.²⁰⁶ Em 24 de março de 2017, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adotou por unanimidade a Resolução 2347 para a proteção do patrimônio, que “afirma que dirigir ataques ilegais contra locais e edifícios dedicados à religião, educação, arte, ciência, caridade, ou monumentos históricos pode constituir, em certas circunstâncias e de acordo com o direito internacional, um crime de guerra, e que os perpetradores de tais ataques devem ser levados à justiça”.²⁰⁷ Embora isso pareça apoiar a condenação, em 2013, pelo Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia de seis membros da força militar Herceg-Bosna/HVO, pela destruição da antiga ponte em Mostar, na Croácia, um Patrimônio Mundial da Unesco, essa decisão foi anulada pela Câmara de Apelação em novembro de 2017.²⁰⁸

²⁰⁴ YU, Peter K. Reconceptualizing intellectual property interests in a human rights framework. *University of California Davis Law Review*, v. 40, p. 1029-1149, 2007. Disponível em: https://lawreview.law.ucdavis.edu/issues/40/3/intl-rights-approaches-to-ip/DavisVol40No3_Yu.pdf. Acesso em: 8 out. 2022.

²⁰⁵ Disponível em: <http://shr.aaas.org/>. Acesso em: 8 out. 2022.

²⁰⁶ Disponível em: <https://www.icc-cpi.int/mali/al-mahdi>. Acesso em: 8 out. 2022.

²⁰⁷ S/RES/2347 (2017) 4/7 17-04802. Disponível em: <https://en.unesco.org/news/security-council-adopts-historic-resolution-protection-heritage>. Acesso em: 8 out. 2022.

²⁰⁸ Disponível em: <http://www.icty.org/x/cases/prlic/tjug/en/130529-2.pdf>. Acesso em: 8 out. 2022. Ver tb. HAZAN, Pierre. Was the destruction of old Mostar bridge a war crime? *Justiceinfo.Net*, 11 dez. 2017. Disponível em: <https://www.justiceinfo.net/en/tribunals/35714-was-the-destruction-of-old-mostar-bridge-a-war-crime.html>. Acesso em: 8 out. 2022.

A frase “participar do progresso científico e nos benefícios que deste resultam” faz parte dos debates – e do ceticismo – sobre a ciência, sejam as mudanças climáticas ou os efeitos das vacinas. O relatório de novembro de 2018 do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, órgão do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, foi inequívoco em relação à natureza das mudanças climáticas. Em seu relatório sobre a “lacuna de emissões” (ou seja, a distância entre a poluição global e os esforços para combatê-la), afirma que, “pela primeira vez, a ideologia política é apontada por obstruir mudanças que retardariam o aquecimento global”.²⁰⁹

Como os arquivistas sabem, as questões da vida cultural e dos direitos do autor são um tema central do nosso trabalho. Os documentos da Unesco e da Organização Mundial da Propriedade Intelectual são fundamentais para entender o desenvolvimento desses direitos, assim como os documentos de agências culturais governamentais, escritórios de patentes, marcas e direitos autorais, tribunais e órgãos legislativos. Os registros do setor privado também documentam amplamente esses direitos. Os documentos da ciência estão farta e igualmente distribuídos por órgãos de pesquisa de universidades, laboratórios governamentais, estações meteorológicas, monitores oceânicos e uma série de outras instituições técnicas e científicas. Qualquer que seja a fonte, todos os arquivos contêm itens relevantes para os direitos descritos no artigo 27.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Artigo 28

Toda a pessoa tem direito a que reine, no plano social e no plano internacional, uma ordem capaz de tornar plenamente efetivos os direitos e as liberdades enunciadas na presente Declaração.

O artigo 28 inicia a última seção da Declaração Universal dos Direitos Humanos, uma seção que o redator francês René Cassin chamou de "frontão do templo". Um “debate prolongado” no comitê de redação entre Estados Unidos e União Soviética, centrado nas diferentes concepções sobre o papel do Estado, levou ao desenvolvimento do artigo 28. Charles Malik, do Líbano, propôs o texto do artigo, argumentando que a Declaração deveria enunciar “as condições que precisariam estar em vigor antes que os direitos da Declaração pudessem ser plenamente realizados”, sem especificar a forma de governo exigida.²¹⁰

O rascunho de Malik foi aceito, embora vários delegados o considerassem desnecessário, dada a redação de outras partes da Declaração que já haviam sido adotadas. No entanto, o professor de direito australiano Peter Bailey chama os artigos 28 e 29 de “explosivos em seu significado”,

²⁰⁹ Disponível em: <https://www.unenvironment.org/news-and-stories/press-release/nations-must-triple-efforts-reach-2degc-target-concludes-annual>. Acesso em: 8 out. 2022; ROSTON, Eric. Climate change deniers are blocking progress, UN report suggests for first time. *Bloomberg News*, 27 nov. 2018.

²¹⁰ GLENDON, Mary Ann. The rule of law in the Universal Declaration of Human Rights. *Northwestern Law, Journal of Human Rights*, v. 2, n. 1, 2004. Disponível em: <https://scholarlycommons.law.northwestern.edu/njihr/vol2/iss1/5/>. Acesso em: 8 out. 2022.

acrescentando: “O artigo 28 enfatiza a responsabilidade de toda a comunidade internacional de buscar e implementar arranjos de natureza civil, política, econômica e social que permitam a plena realização dos direitos humanos”.²¹¹ Ao ser votado na Assembleia Geral da ONU, este artigo foi aprovado com oito abstenções.

Conforme mencionado nas discussões dos artigos anteriores, após a adoção da Declaração, as Nações Unidas começaram a desenvolver pactos que são juridicamente vinculantes para os países signatários. O artigo 28 não foi abrangido por um pacto específico e, portanto, não tem força juridicamente vinculativa. No entanto, ações dos tribunais criminais internacionais, o trabalho das comissões da verdade com participantes internacionais e a norma, endossada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, de que tanto os estados quanto a comunidade internacional têm a “responsabilidade de proteger” as pessoas de atrocidades em massa (conhecida como R2P), todos demonstram que as ideias do artigo 28 tiveram grande influência no desenvolvimento subsequente dos direitos humanos.²¹²

Os desafios de manter uma ordem internacional são muitos. Um estudo de 2008 feito por três economistas argumentou que “a manutenção da paz internacional é altamente rentável”.²¹³ E embora as quatorze operações de manutenção da paz das Nações Unidas existentes em dezembro de 2018 possam realmente valer a pena, elas estão longe de ser a resposta à necessidade do mundo de garantir a ordem internacional.²¹⁴ Além disso, o poderoso desenvolvimento da inteligência artificial e seu impacto nas sociedades e nos indivíduos sugere “que os direitos humanos protegidos internacionalmente serão afetados pelos desenvolvimentos neste campo” e “a comunidade global de direitos humanos dos órgãos da ONU, instituições de direitos humanos domésticas, ONGs e ativistas” devem “levar a sério” as implicações da inteligência artificial para todos, “especialmente os mais marginalizados em todos os países”.²¹⁵

Os documentos da ordem social e internacional são inúmeros. Muitos estão nas mãos de governos ou organizações internacionais: os registros de órgãos legislativos, polícia, administrações coloniais, tutelas, os componentes das Nações Unidas, a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo, os tribunais criminais internacionais e tribunais regionais, organismos internacionais de desenvolvimento e cooperação. Os documentos da ordem social também podem ser encontrados nos arquivos de

²¹¹ BAILEY, Peter. The creation of the Universal Declaration of Human Rights. *Universal Rights.net*. Disponível em: <http://www.universalrights.net/main/creation.htm>. Acesso em: 9 out. 2022.

²¹² *Resolução adotada pela Assembleia Geral em 16 de setembro de 2005*, A/RES/60/1, 24 de outubro de 2005, parágrafos 138-139. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/487/60/PDF/N0548760.pdf?OpenElement>. Acesso em: 9 out. 2022. Para versão em espanhol, ver <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/487/63/PDF/N0548763.pdf?OpenElement>. Acesso em: 9 out. 2022.

²¹³ COLLIER, Paul; CHAUVET, Lisa; HEGRE, Haavard. The security challenge in conflict-prone countries. *Copenhagen Consensus Center*, abr. 2008. Disponível em: https://www.copenhagenconsensus.com/sites/default/files/CP_Conflicts_-_Collier.pdf. Acesso em: 9 out. 2022.

²¹⁴ Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/where-we-operate>. Acesso em: 9 out. 2022.

²¹⁵ VEEN, Christiaan van; CATH, Corinne. Artificial intelligence: what’s human rights got to do with it? *Data & Society: Points*, 14 maio 2018. Disponível em: <https://points.datasociety.net/artificial-intelligence-whats-human-rights-got-to-do-with-it-4622ec1566d5>. Acesso em: 9 out. 2022.

organizações não governamentais que lutam para promover e proteger a ordem social e nos arquivos pessoais de ativistas, nos documentos de empresas e sindicatos, nos registros de comunidades religiosas e de instituições educacionais. A compreensão da ordem social requer que se considere tanto o ponto de vista do governo quanto o dos governados, e os documentos de todas as partes da sociedade são essenciais para proteger os direitos à ordem declarados no artigo 28.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Artigo 29

- 1. O indivíduo tem deveres para com a comunidade, fora da qual não é possível o livre e pleno desenvolvimento da sua personalidade.*
- 2. No exercício deste direito e no gozo destas liberdades ninguém está sujeito senão às limitações estabelecidas pela lei com vista exclusivamente a promover o reconhecimento e o respeito dos direitos e liberdades dos outros e a fim de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar numa sociedade democrática.*
- 3. Em caso algum estes direitos e liberdades poderão ser exercidos contrariamente e aos fins e aos princípios das Nações Unidas.*

O artigo 29 declara que os indivíduos têm deveres e responsabilidades, bem como os direitos concedidos na Declaração. Originalmente segundo artigo da Declaração Universal, mais tarde foi transferido para fazer parte do “frontão do templo”, como o delegado francês René Cassin chamou os três artigos finais. O texto do artigo 29 abrange responsabilidades que vão desde o nível local (a comunidade) até o internacional (as Nações Unidas). O artigo foi amplamente debatido, mas por fim a Assembleia Geral da ONU o adotou por unanimidade.

As três partes do artigo foram redigidas e consideradas separadamente e depois combinadas em um único artigo. O primeiro parágrafo focaliza o indivíduo na sociedade; o estudioso Johannes Morsink afirma que a expressão “sozinho na qual” no parágrafo “pode ser a mais importante em todo o documento, pois nos ajuda a responder à acusação de que os direitos estabelecidos na Declaração criam indivíduos egoístas que não estão intimamente ligados a suas respectivas comunidades”.*De modo significativo, também, os redatores escreveram intencionalmente que as pessoas têm deveres para com a comunidade e não deveres para com o Estado, pois, como disse Charles Malik, delegado do Líbano, as pessoas em 1948 “não tinham necessidade de proteção contra reis ou ditadores, mas sim contra uma nova forma de tirania do Estado sobre o indivíduo que era dever da Comissão [de Direitos Humanos] proteger”.²¹⁶ O segundo parágrafo afirma que há limitações aos direitos, e essas limitações devem ser

* N. do Trad.: Em inglês, o texto da Declaração afirma: “Everyone has duties to the community in which alone the free and full development of his personality is possible” e tanto a autora quanto Morsink se referem à palavra “alone”, que não foi necessária na tradução oficial da Declaração em português.

²¹⁶ MORSINK, *UDHR*, p. 239-252, quotations p. 248 and 242.

“estabelecidas pela lei”, reforçando a insistência na importância do império da lei que consta no Preâmbulo da Declaração.

Após a adoção da Declaração, começaram os trabalhos relativos ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e ao Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que foram finalmente adotados em 1966. Ambos os pactos incluem em seus preâmbulos uma referência aos deveres, com base no artigo 29, parágrafo 1: “compreendendo que o indivíduo, por ter deveres para com seus semelhantes e para com a coletividade a que pertence, tem a obrigação de lutar pela promoção e observância dos direitos reconhecidos no presente Pacto”.

O fim da Guerra Fria trouxe um foco renovado no conceito de deveres. A Declaração das Nações Unidas sobre o Direito ao Desenvolvimento (1986) continha uma referência à responsabilidade pessoal pelo desenvolvimento (artigo 2) que ecoava o artigo 29²¹⁷ da DUDH, mas grupos privados na década de 1990 pediram mais discussões sobre responsabilidades. Em 1997, o InterAction Council, um grupo de estadistas internacionais, lançou um projeto de Declaração de Responsabilidades Humanas, pedindo que fosse adotado para complementar a Declaração Universal em seu 50º aniversário, em 1998.²¹⁸ A Assembleia Geral da ONU concordou e, em 1998, adotou a Declaração sobre o Direito e a Responsabilidade dos Indivíduos, Grupos ou Órgãos da Sociedade de Promover e Proteger os Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais Universalmente Reconhecidos.²¹⁹

No ano seguinte, outro grupo de personalidades internacionais sob a presidência de Richard Goldstone, da África do Sul, o primeiro procurador-geral dos Tribunais Penais Internacionais para Ruanda e a ex-Iugoslávia, reuniu-se em Valência, Espanha, e redigiu uma “Declaração de Direitos Humanos e Responsabilidades”, apresentada à Unesco em 1999 (coloquialmente chamada de “Declaração de Valência”).²²⁰ Para uma excelente discussão sobre o desenvolvimento do conceito de deveres, veja a publicação do International Council on Human Rights Policy, *Taking Duties Serious: Individual Duties in International Human Rights Law, A Commentary* [Levando os Deveres a Sério: Deveres Individuais no Direito Internacional dos Direitos Humanos, Um Comentário], 1999.²²¹

As “justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar” geral em uma sociedade democrática reverberam nos debates sobre o direito ao esquecimento. O que um indivíduo tem o direito de saber sobre outras pessoas na sociedade? Ele tem o direito de saber que um vizinho já foi condenado por molestar uma criança? Ele tem o direito de saber a fé de um vizinho ou o

²¹⁷ Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/Development/RTD_booklet_en.pdf. Acesso em: 9 out. 2022.

²¹⁸ Disponível em: <https://timwees.com/udhr.pdf>. Acesso em: 9 out. 2022.

²¹⁹ Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/declaration-right-and-responsibility-individuals-groups-and>. Acesso em: 9 out. 2022. Para a versão em português, ver <https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/Defenders/Declaration/declarationPortuguese.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2022.

²²⁰ Disponível em: <http://globalization.icaap.org/content/v2.2/declare.html>. Acesso em: 29 ago. 2022.

²²¹ *Taking duties seriously: individual duties in International human rights law a commentary*. International Council on Human Rights Policy, 1999. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/world/taking-duties-seriously-individual-duties-international-human-rights-law>. Acesso em: 9 out. 2022.

valor dos impostos que ele pagou? Um julgamento de 2018 do Tribunal Europeu de Direitos Humanos abordou o direito do público de acesso a “material arquivado” online (sobre uma condenação por assassinato) e decidiu que tinha precedência sobre o direito ao esquecimento.²²² Resta saber qual será a aplicação futura do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados da União Europeia a respeito desse direito de acesso e as “justas exigências” para a sociedade.

Como o artigo 29 concentra-se nos deveres do indivíduo, os arquivos pessoais são recursos essenciais, assim como os documentos de grupos comunitários, organizações não governamentais e o sistema geral de bem-estar social. Os documentos de órgãos legislativos e tribunais iluminam as exigências do estado de direito do segundo parágrafo, e os documentos da polícia e de outros órgãos de aplicação da lei informam as pessoas que investigam questões da administração da ordem pública no estado de direito. Finalmente, como arquivistas responsáveis pela manutenção de registros relativos aos direitos humanos, os próprios documentos dos arquivos e das organizações arquivísticas dirão aos futuros pesquisadores como pensamos e cumprimos esses deveres.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Artigo 30

Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada de maneira a envolver para qualquer Estado, agrupamento ou indivíduo o direito de se entregar a alguma atividade ou de praticar algum ato destinado a destruir os direitos e liberdades aqui enunciados.

Dez anos após a adoção da Declaração Universal, Eleanor Roosevelt, presidente da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas que redigiu a Declaração, compareceu perante as Nações Unidas para apresentar um guia de ação comunitária para apoiar os ideais da Declaração. Ela disse:

Afinal, onde começam os direitos humanos universais? Em lugares pequenos, perto de casa – tão perto e tão pequenos que não podem ser vistos em nenhum mapa do mundo. No entanto, eles são o mundo do indivíduo: o bairro em que ele vive; a escola ou universidade que frequenta; a fábrica, fazenda ou escritório onde trabalha. Tais são os lugares onde cada homem, mulher e criança busca igualdade de justiça, oportunidades iguais, dignidade igual sem discriminação. A menos que esses direitos tenham significado ali, eles têm pouco significado em qualquer outro lugar. Sem a ação organizada do cidadão para defender

²²² M.L. and W.W., v. Germany, ECHR 237(2018). *Inform's Blog*. Disponível em: <https://inform.org/2018/07/04/case-law-strasbourg-ml-and-ww-v-germany-article-8-right-to-be-forgotten-and-the-media-hugh-tomlinson-qc-and-aidan-wills/>. Acesso em: 9 out. 2022.

esses direitos perto de casa, procuraremos em vão o progresso num mundo maior.²²³.

O trigésimo e último artigo da Declaração atribui claramente a responsabilidade de garantir a proteção dos direitos humanos a todos, não apenas aos Estados. Além disso, não limita a responsabilidade do indivíduo àqueles direitos na comunidade ou no Estado onde ele ou ela reside, mas insiste em que essas são responsabilidades universais. O rascunho original do artigo, conforme proposto por Charles Malik, o delegado do Líbano, incluía apenas a responsabilidade das pessoas, com a opção – rapidamente adotada – de acrescentar os Estados. A delegação francesa propôs acrescentar a palavra “grupo”, argumentando que “a experiência havia demonstrado que raramente eram Estados ou indivíduos que se engajavam em atividades que visavam a destruição dos direitos humanos; tais atividades nos últimos tempos foram realizadas por grupos que às vezes agiam sob instruções ou com a conivência dos Estados”. Com as atividades de grupos fascistas do século 20 e a Ku Klux Klan dos EUA oferecidas como exemplos, os redatores concordaram em incluir “grupos” e todo o artigo foi adotado por unanimidade pelo comitê de redação.²²⁴

Governos, grupos e pessoas: essas são as fontes dos materiais que os arquivos guardam. Abrange arquivos de empresas e arquivos de entidades religiosas, arquivos de grupos rebeldes e de Estados, correspondência de homens e de mulheres. Nós, como arquivistas, selecionamos, preservamos e damos acesso a materiais que permitem às pessoas reivindicar e proteger os direitos enumerados nos trinta artigos da Declaração Universal. Os arquivistas são verdadeiramente guardiões dos deveres para com os direitos humanos.

²²³ ROOSEVELT, Eleanor. *In our hands*: discurso de 1958 proferido por ocasião do décimo aniversário da DUDH. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/story/RAWBRWzRig8A8A?hl=en>. Acesso em: 9 out. 2022.

²²⁴ MORSINK, *UDHR*, p. 87-88.